

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

LISANDRA STEFFEN DA SILVA

“SÓ TEM BICHA NA CIDADE?”:
Enquadramentos das narrativas LGBTQIA+ no jornalismo do G1

São Leopoldo
2022

LISANDRA STEFFEN DA SILVA

**“SÓ TEM BICHA NA CIDADE?”:
Enquadramentos das narrativas LGBTQIA+ no jornalismo do G1**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, pelo Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof. Dr. Ronaldo Henn

São Leopoldo

2022

AGRADECIMENTOS

Essa sempre foi a parte mais esperada da pesquisa, justamente porque significava que estava acabando. Ainda assim, agora que esse momento chegou, não sei bem por onde começar. Muitas pessoas me ajudaram a chegar no ponto em que estou hoje e moldaram (ou enquadraram, por que não?) a Lisandra que escreve a parte mais esperada desse Trabalho de Conclusão. Algumas nem sabem da importância que tiveram nesse percurso e, talvez, seja por esse auxílio “invisível” que eu sou grata.

As primeiras pessoas dessa lista não poderiam ser outras: meus pais. Foram eles que me ensinaram a valorizar os estudos e a educação. Foi através dos esforços deles que tive acesso a tantas oportunidades. Foi por sempre pensarem no meu melhor que tive o privilégio de escolher um curso que eu gostava e, também, pude realizar tantas atividades durante a graduação, sem precisar me preocupar com outras coisas além da minha formação. Agradeço por tudo o que fizeram por mim até hoje e, principalmente, por tentarem, dentro de todas as dificuldades, entender e respeitar quem eu sou. Amo vocês.

Acredito que, sem minha família, e a base que me deram, não seria metade do que sou hoje. Muito menos estaria escrevendo essas palavras. Agradeço imensamente minha tia, Gladis, por me acompanhar desde cedo nessa caminhada. Foi dela o primeiro livro que li. Mesmo pulando as palavras difíceis e sem entender muito bem a história, foi com ela que debati as coisas que compreendia. Obrigada por aquele primeiro livro e todos os outros que vieram depois – me incentivando a gostar tanto de ler e contar histórias. Quem me conhece sabe o quão esperado era poder dividir o final da graduação com a minha vó. Fisicamente, isso não é mais possível. Ainda assim, carrego comigo os momentos em que estivemos juntas e sei que a senhora estaria feliz com tudo isso. Vó Dila, obrigada por me ensinar a ser teimosa e por toda a força que teve em vida.

Ao meu orientador, Ronaldo Henn, que me mostrou os melhores caminhos para realizar esta pesquisa. Presente desde quando isso tudo ainda era uma ideia, um rascunho de um projeto de pesquisa. O senhor soube entender minhas dificuldades, meus atrasos e, principalmente, foi a voz que me acalmou quando, nos meses finais, explicava que, sim, eu teria tempo suficiente para finalizar todos os capítulos. Muito obrigada! Também não poderia deixar de agradecer à professora

Cybeli Moraes por todos os momentos dentro e fora da sala de aula. Desde a Agexcom, quando acolheu meu choro e me mostrou, com exemplos, como ser uma profissional melhor, até aquela aula tão significativa em Beta Geral, onde tive a oportunidade de debater, junto com outros colegas, assuntos tão importantes para mim. Tu sempre foste exemplo, obrigada! À professora Sonia Montaña, que foi quem primeiro me apresentou ao mundo da pesquisa e me acolheu no LAR. Obrigada por ter aceitado aquela aluna cheia de dúvidas na tua rotina.

Ao meu amor, um parágrafo inteiro. Gabi, talvez eu nunca consiga explicar o quanto tu significas para mim. Compartilhar a vida contigo tem sido uma das experiências mais marcantes e importantes para mim. Obrigada por estar do meu lado e me entender. Não tenho palavras suficientes para agradecer o quanto tua presença me ajuda. Tuas palavras me acalmam e me auxiliam a seguir. Obrigada por ser subversiva comigo. Eu te amo.

Às minhas amigas Bruna Lago, Jady Vida, Renata Padilha e Tamires Souza, por viverem esses momentos e estarem comigo em diferentes fases da minha vida. Tamires, já passamos por muitas coisas juntas, desde birras de criança até os primeiros dilemas da vida adulta – e todas as dificuldades de crescer que se encontram entre esses dois pontos. Obrigada por estar comigo, tu és essencial! Jady, te encontrar foi a coisa mais aleatória que aconteceu comigo, mas não poderia agradecer o universo o suficiente. Tu és exemplo de ser humano e profissional. Nana, minha dupla, obrigada por dividir um pedaço da graduação comigo e me ensinar tanto. Brulise é a maioral! Re, tu foste uma feliz surpresa nesse último ano. Obrigada por me auxiliar durante o estágio e fazer a experiência do TCC ser mais calma.

A todas as pessoas que, mesmo não citadas aqui, me auxiliaram e transmitiram calma em momentos tão caóticos.

Por fim, um agradecimento à Lisandra do passado. Por todo o caminho trilhado até aqui e por todo conhecimento absorvido. Por toda a curiosidade para entender a própria identidade e por resistir nos momentos difíceis. À Lisandra do futuro: todas as tuas outras versões sempre seguirão acreditando em ti. Conseguimos!

RESUMO

Este trabalho propõe investigar a forma como as vivências LGBTQIA+ são pautadas na redação do portal jornalístico G1, além de compreender de que forma o Jornalismo brasileiro trata e enquadra essas narrativas entre os anos de 2014 até o início de 2022. A partir dos conceitos traçados pela Teoria Queer, a pesquisa pretende observar como a performatividade de corpos é retratada durante os textos, além de trabalhar com a Teoria do Enquadramento para entender como os Jornalistas enxergam e trabalham com identidades diferentes das suas. A partir de um movimento de buscas dentro do portal, foi realizado um levantamento de notícias sobre a comunidade LGBTQIA+, que se tornou uma planilha de Excel disponível para futuros movimentos metodológicos. Com esse levantamento, categorizou-se 13 acontecimentos relevantes para a Comunidade. A análise de cinco notícias, representando cinco acontecimentos, mostrou a dificuldade do Jornalismo em enquadrar de forma empática experiências que fogem da realidade de uma área de conhecimento construída a partir de ideais heteronormativos. Dessa forma, entende-se que o Jornalismo tem o poder de auxiliar na diminuição das desigualdades, mas ainda há um longo caminho até que se extinga a diferença identitária produzida pela heteronormatividade.

Palavras-chave: Enquadramento; Jornalismo; Performatividade; Queer.

ABSTRACT

This paper proposes to investigate the way in which LGBTQIA+ experiences are guided in the newsroom of the journalistic portal G1, in addition to understanding how Brazilian Journalism treats and frames these narratives between the years of 2014 to the beginning of 2022. Working with Queer Theory, the research intends to observe how the performativity of bodies is portrayed during the texts. In addition to working with Framing Theory, to understand how Journalists see and work with identities that are different from their own. From a search movement within the portal, a survey of news about the LGBTQIA+ community was carried out, which became an Excel spreadsheet available for future methodological movements. With this survey, 13 relevant events to the Community were categorized. The analysis of five news, representing five events, showed Journalism's difficulty in framing experiences that escape the reality of an area of knowledge built from heteronormative ideals empathically. Thus, it is understood that journalism has the power to help reduce inequalities, but there is still a long way to go before the extinction of identity difference produced by heteronormativity.

Keywords: Framing; Journalism; Performativity; Queer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Notícia O Globo.....	11
Figura 2 - Transexual crucificada	42
Figura 3 - Imagem de abertura da matéria.....	44
Figura 4 - 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.....	47
Figura 5 - <i>Tweet</i> sobre G1.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acontecimentos 2014 a 2022	39
---	----

LISTA DE SIGLAS

- LGBTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros grupos
- LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- LGBTQI+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers e Intersexuais
- OAB-PR Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PODER DO JORNALISMO ENQUANTO CONSTRUTOR DE NARRATIVAS..	17
2.1 A performatividade de corpos queers	18
2.2 Enquadrando o Jornalismo	22
2.3 O significado de pensar em um Jornalismo de gênero	29
3 METODOLOGIA	35
4 ANÁLISE.....	42
4.1 Profissão: transexual	42
4.2 Gay, povo animado	48
4.3 Militou toda	53
4.4 Só tem bicha no presídio?.....	57
4.5 Até tenho colegas de trabalho que são.....	60
4.6 Muito bom, nota 6.....	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

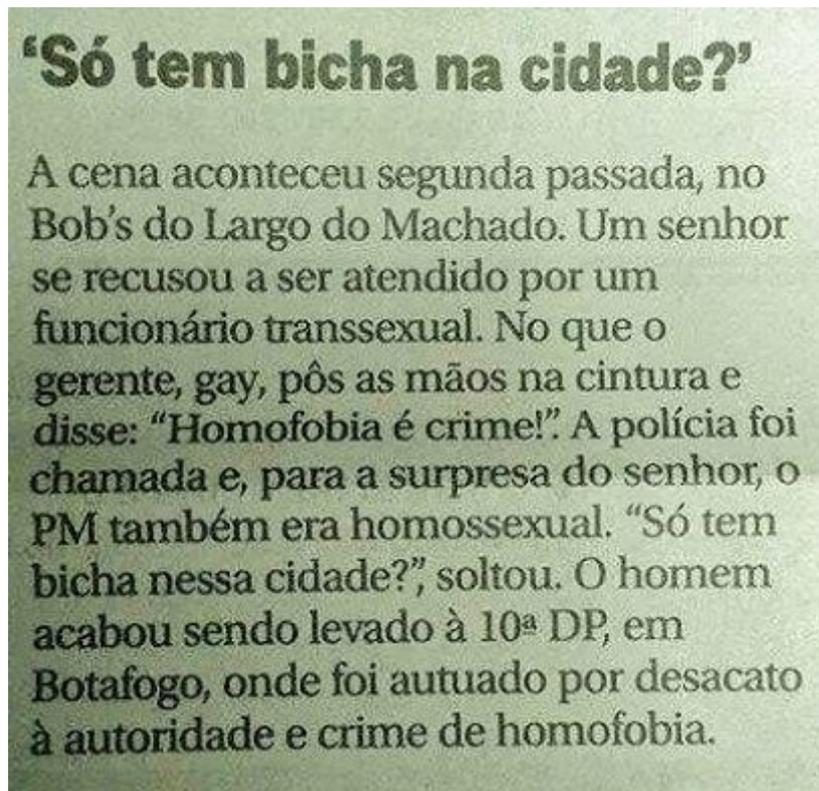
Agosto de 2014. Largo do Machado, Rio de Janeiro. Um homem cisgênero entra em restaurante de *Fast Food* e se recusa a ser atendido pelo atendente ao perceber que ele é transexual. Ao chamar o gerente do estabelecimento para prestar queixa contra o funcionário, constata que o gestor é gay. A polícia é chamada e o homem é levado para a delegacia por cometer LGBTfobia – que, na época, ainda não era crime. Indignado com a situação, ele fala algo que, mais tarde, se tornaria o título de uma notícia do jornal O Globo: “*Só tem bicha na cidade?*”.

A revolta do homem – primeiro com a possibilidade de ser atendido por uma pessoa transexual e, depois, com a constatação da sexualidade do gerente – mostra, escancaradamente, as violências enfrentadas por pessoas cujos corpos se diferenciam do padrão criado pela sociedade. Além disso, a atitude faz transparecer os preconceitos que aquele indivíduo carrega. Ainda que seja um importante retrato da relação da sociedade com pessoas LGBTQIA+, a notícia só circulou e viralizou pelo país, na época, por ter se tornado um meme.

O título escolhido pelo jornal chamou atenção por ser tanto uma denúncia – por parte do homem – quanto uma piada – dentro da comunidade LGBTQIA+. Caso a escolha fosse diferente, por exemplo, a matéria teria sido esquecida e não passaria de mais uma nota do jornal. O caso do *Fast Food* no Largo do Machado continuaria desconhecido por boa parte das pessoas que tiveram contato com a notícia através dessa frase pontual. A violência sofrida estaria marcada na vida dos funcionários daquele estabelecimento, mas a situação não teria chegado até aqui. Não teria se tornado o título deste Trabalho de Conclusão.

A forma como o Jornalismo constrói as notícias pode ajudar a transformar a sociedade ou a mantê-la no mesmo caminho. Em 2014, ainda faltava um ano inteiro para que eu completasse o Ensino Médio e, então, entrasse no curso de Jornalismo no primeiro semestre de 2016. Ainda que eu já soubesse o que estudaria, recebi essa notícia como uma piada e não problematizei a construção da matéria ou os atos do homem. O conteúdo do texto, na realidade, não me parecia importante, uma vez que o que chamava atenção era somente o título e como ele seria usado pelas pessoas. Hoje, olhando para trás, acredito que a nota tenha sido feita para isso. Não há aprofundamento, não há fontes. Há um enfoque na frase preconceituosa de um homem cujo nome continua desconhecido depois de oito anos.

Figura 1 - Notícia O Globo



Fonte: Reprodução/O Globo

Desde que nascemos, estamos em contato constante com estímulos e com atitudes feitas pelas pessoas que nos cercam, a começar pelo núcleo familiar. Com o passar dos anos, os círculos sociais vão diferenciando-se e aumentando. É nesse primeiro momento, com o vínculo familiar, que aprendemos algumas ações básicas enquanto seres humanos que convivem em sociedade. Vamos aprender a falar, a andar, a sermos independentes e, principalmente, aprender a nos portar enquanto indivíduos na sociedade. Possivelmente, é nesse momento que aprendemos a nos diferenciar dos outros. O “normal” e o “diferente”. É ao observar e, muitas vezes, ao copiar as atitudes de quem nos cerca, que começamos a entender onde nos encaixamos no mundo. Do mesmo modo, é no convívio com outras pessoas que surgem os preconceitos.

Estamos inseridos em uma sociedade heteronormativa, ou seja, uma sociedade que enxerga comportamentos heterossexuais como a norma a ser seguida. Um ambiente construído com esse valor traz consequências complexas para os indivíduos – não somente os que não se encaixam nesse padrão heteronormativo. Crescer em uma sociedade assim repercute de formas diferentes

nos corpos que a constituem e traz comportamentos prejudiciais para pessoas cisgêneras e heterossexuais – que, por sua vez, são naturalizados de forma que, muitas vezes, acabam nem sendo percebidos como nocivos. Por outro lado, crescer em uma sociedade sendo visto, constantemente, como anormal, pode machucar, uma vez que esses corpos acabam sendo ensinados a se encaixar em um padrão que não é deles.

A busca pela representatividade não é algo ensinado em casa ativamente, uma vez que se assume que todos os corpos se encaixariam no padrão da heteronormatividade. Logo, a representatividade está dentro de casa. Muitas vezes, essa busca vem depois de se perceber que existem identidades invisibilizadas – e que podemos fazer parte desses grupos. Esse movimento, geralmente, parte de dentro para fora, do indivíduo à sociedade. Ao se perceber diferente, há uma vontade, quase involuntária, de se procurar por outras identidades parecidas com a sua. É uma forma de se sentir pertencente a algum grupo social. Se houvesse, de fato, somente bichas na cidade, talvez não existisse uma necessidade tão grande de se procurar por representações ou, ainda, de se enfatizar o preconceito contra esses grupos dentro de um restaurante. A maioria dos produtos e conteúdos consumidos não representam todos os corpos e realidades – independente da sexualidade. As instituições, em grande parte, não se preocupam em mudar essa realidade. O Jornalismo está incluso nisso.

A TV, o rádio, o impresso e o digital, em grande medida, narram essas outras vivências com o olhar de fora – justamente por não haver essa preocupação em representar todas as pessoas. Esse olhar não entende e talvez nem busque entender as experiências que estão fora do círculo do jornalista. Essa ação (ou a falta dela) prejudica não só as vozes que não são ouvidas, mas também aqueles jovens que buscam por representatividade e não a encontram. No entanto, é importante destacar que a falta de procura por representar todas essas identidades nem sempre acontece. O Jornalismo busca, em determinados momentos, dar voz a esses grupos invisibilizados, porém falha quando não existe uma sensibilidade ao retratar essas vivências, colocando-as em “caixas” – representando-as ainda dentro do escopo da heteronormatividade.

O Jornalismo, enquanto pilar da sociedade e construtor de narrativas e de opiniões, deve preocupar-se com corpos e identidades LGBTQIA+. Mais do que isso, não basta apenas dar voz e visibilidade para essas pessoas. É necessário

entender as vivências da comunidade e respeitá-las no momento de construir a notícia. O jornalista não é obrigado a saber tudo sobre o assunto, mas é importante que ele tenha sensibilidade e empatia ao interagir com realidades diferentes da sua. Além disso, diversas iniciativas já existem para que jornalistas entendam como lidar com acontecimentos ou públicos considerados delicados. Não basta lembrar de pessoas LGBTQIA+ em junho, conhecido como o Mês do Orgulho, ou noticiar situações de violência e vulnerabilidade sem aprofundá-las ou de forma pejorativa. É preciso pensar ativamente em como o Jornalismo representa essas identidades e em quais são as consequências das escolhas feitas dentro de uma redação. É um trabalho coletivo que deve ser, aos poucos, naturalizado dentro das universidades e do mercado de trabalho.

Dessa forma, é necessário um olhar atento às produções já existentes para que elas sirvam de exemplo – sejam eles positivos ou negativos – aos próximos textos que tratem dessa comunidade. Mostrar que pessoas LGBTQIA+ não são arquétipos e estereótipos de mentes conservadoras é um caminho longo, mas importante. Precisamos mostrar as vivências dessas pessoas para que, de alguma forma, a sociedade possa mudar nas gerações futuras. Ao pensar ativamente em representar a comunidade LGBTQIA+ de forma sensível, o Jornalismo está trabalhando na desconstrução de preconceitos e na humanização de corpos e de identidades fora do padrão perante a uma sociedade ainda enraizada em conceitos conservadores.

Para tanto, este trabalho gira em torno da temática da Representatividade LGBTQIA+ no Jornalismo. Por ser uma instituição que tem como base a heteronormatividade e ter uma narrativa centrada no discurso de homens brancos, o Jornalismo traz preconceitos sobre corpos e identidades que diferem daquilo que é entendido como comum. Isso é refletido na forma como a mídia trata personagens LGBTQIA+ e nas notícias das quais essas pessoas participam. A partir disso, percebeu-se a necessidade de entender se o Jornalismo sabe lidar e agir diante dessas narrativas.

Tendo isso em vista, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: o que o Jornalismo, mais especificamente o portal de notícias G1, fala sobre corpos e identidades LGBTQIA+? Essa problematização proposta apontou para o seguinte objetivo geral: entender como o Jornalismo enxerga identidades LGBTQIA+ e como o jornalista enquadra essas experiências em seus textos.

Dessa forma, a pesquisa foi dividida nos seguintes objetivos específicos: a) compreender como as vivências LGBTQIA+ são pautadas na redação do G1; b) investigar quais matérias são veiculadas pelo portal e sobre o que elas falam; c) verificar como as identidades e corpos LGBTQIA+ são enquadrados; d) observar a construção desses personagens e de suas narrativas pelos jornalistas. A análise se deu através de estudos sobre a teoria *queer*, tendo como base, também, a teoria do enquadramento.

O Jornalismo foi construído ao redor de ideais cultivados por um determinado grupo social, levando em conta que estamos inseridos em uma sociedade majoritariamente branca e heteronormativa. A comunicação acaba excluindo determinadas vivências por não estarem próximas da realidade do grupo que constitui o Jornalismo. Conseqüentemente, a área carrega, em si, preconceitos já naturalizados contra minorias e contra tudo o que for atípico diante desse grupo. Dessa forma, os jornalistas acabam produzindo e reproduzindo discursos que diminuem aspectos e características de determinadas comunidades – às vezes, de maneira involuntária. A comunidade LGBTQIA+, em foco neste trabalho, acaba sofrendo diante de situações como essas. Grande parte das pessoas, incluindo quem faz o Jornalismo, não sabem agir diante do diferente. Assim, a identidade de gênero e a orientação sexual acabam sendo alvos de narrativas descontextualizadas e sem profundidade.

Quando entrei no curso de Jornalismo, em 2016, tinha o brilho nos olhos de uma aluna de primeiro semestre e o sonho de dar voz àqueles que precisam – mesmo sem saber como eu faria isso. Com o decorrer dos semestres, percebi que as coisas não eram tão simples quanto eu imaginava aos 19 anos. O Jornalismo, ainda que consiga, muitas vezes, trazer à tona problemas da sociedade e auxiliar quem precisa, não é (e nunca foi) um conto de fadas. Durante as aulas e com as primeiras experiências de estágio, acabei percebendo o que já deveria ser óbvio para mim: todos carregamos preconceitos e levamos isso para dentro das produções – o que, em maior escala, pode gerar um apagamento de determinadas visões.

Enquanto estudante de Jornalismo, pois faltam poucos semestres para eu finalizar a Graduação, lembro de apenas uma aula em que falamos sobre narrar vidas e experiências diferentes. Uma disciplina que, aliás, está no currículo no último semestre do curso. A temática poderia não ter sido o foco da aula, uma vez que não

era o assunto principal da disciplina e que pouquíssimos alunos participaram da discussão. Porém, lembro com muito carinho daquele momento, pois foi possível expressar ideias que, mesmo depois de cinco anos no curso, ainda não haviam encontrado um espaço para serem expostas. Estamos formando profissionais – não apenas na UNISINOS, nem apenas no Jornalismo – que não sabem agir frente a experiências desconhecidas. São profissionais que talvez entrem em redações e não problematizem a escolha de pauta ou nem mesmo como determinadas pessoas são tratadas pelos profissionais.

Enquanto mulher lésbica, não consigo lembrar de encontrar narrativas parecidas com as minhas – a que estava vivendo ou que ainda iria viver. Talvez seja por isso que é tão difícil para um jovem LGBTQIA+ entender sua própria identidade. No Jornalismo, não lembro de ter contato com notícias que tratassem de identidades LGBTQIA+ com a mesma naturalidade que tratam personagens heterossexuais e cisgêneros. As travestis, além de normalmente serem referidas com pronome masculino, estavam envolvidas em escândalos com jogadores de futebol ou sendo assassinadas, mas isso não chega na grande mídia com frequência. As “crianças viadas” eram motivo de piada. A maioria das notícias envolvendo a comunidade falava de violência. Nas telenovelas, apresentava-se apenas o estereótipo. Para uma pessoa LGBTQIA+, crescer em uma sociedade heteronormativa é crescer invisibilizada, além de possivelmente continuar assim depois de adulta.

A intenção deste Trabalho de Conclusão, portanto, é observar os enquadramentos dados a corpos e a identidades LGBTQIA+, entender se a mídia sabe lidar com essas narrativas, verificar como esses textos são construídos e que tipo de preconceitos podem carregar. O G1, que pertence às Organizações Globo, entende o jornalismo como “*o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. [...] O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade*”¹. Dessa forma, o portal já se entende como um produtor de opiniões e como um construtor de realidades. Sabendo dessa responsabilidade, é ainda mais importante entender como essas

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 15 de março de 2022

notícias são construídas, afinal é por meio delas que a sociedade entenderá determinados assuntos. Além disso, o G1 é um portal de notícias aberto, ou seja, não é necessário assiná-lo para ler as notícias vinculadas a ele. Isso pode aumentar a procura pelo portal e o populariza para quem busca notícias, mas não tem interesse ou não pode pagar para acessá-las. Analisar o conteúdo e a construção dos textos jornalísticos ao redor desse tema é importante, uma vez que a temática LGBTQIA+ no Jornalismo, quando acontece, ainda é engessada. Os resultados dessa pesquisa podem auxiliar, inclusive, na construção de um Jornalismo mais igualitário e humano.

Com base nos pontos introduzidos acima, esta pesquisa é dividida em mais quatro capítulos: a) O poder do Jornalismo enquanto construtor de narrativas, que, além de apresentar as duas principais teorias trabalhadas nesse trabalho (a Teoria *Queer* e a Teoria do Enquadramento), desdobra a relação entre os dois conceitos; b) Metodologia, que detalha o movimento escolhido para a análise; c) Análise, que apresenta cinco notícias que foram aprofundadas a partir do movimento metodológico; d) Considerações finais, que destaca as conclusões obtidas ao final da investigação.

2 O PODER DO JORNALISMO ENQUANTO CONSTRUTOR DE NARRATIVAS

O Jornalismo, enquanto quarto poder, constrói realidades. Ainda que aparente ser uma janela para o mundo, as notícias que vemos diariamente nas televisões, nos rádios, nas telas de celulares e nos jornais são construídas através dos olhos do repórter e podem carregar preconceitos e estereótipos de uma sociedade. Entender isso auxilia na compreensão das opressões sofridas por determinados grupos sociais, uma vez que o jornalismo é importante para que a população compreenda e compartilhe opiniões sobre determinados sujeitos, além de reconhecer privilégios sociais em prol de homens brancos, ricos, cisgêneros e heterossexuais (GONÇALVES, 2015). Dessa forma, é possível entender como o Jornalismo – e a Comunicação como um todo – ajudam a manter lógicas sociais que invisibilizam grupos e narrativas minorizadas.

O Jornalismo é um conhecimento social, e os acontecimentos que relata – e produz – ajudam a sociedade a entender e a absorver o mundo ao seu redor. Márcia Veiga da Silva relata, na dissertação de Mestrado intitulada *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção de notícias*, como jornalistas, de uma emissora de televisão do Sul do país, produzem notícias e reportagens de um programa semanal. Silva (2014) vê, no Jornalismo, uma função “pedagógica cultural”, uma vez que a profissão tem o poder de explicar os modos de ser e de estar do mundo. Essas explicações, segundo a autora, “são cotidianamente passadas através de discursos que envolvem recursos técnicos e humanos capazes de fornecer os saberes legitimados e atuar didaticamente junto à sociedade” (SILVA, 2014, p. 63). Por sua vez, para fornecer esses conhecimentos, é necessário ter um ponto de vista sobre os acontecimentos envolvendo a sociedade.

Dessa forma, como pontua Silva (2014), não existe um Jornalismo neutro. Esse posicionamento está em sintonia com Meditsch (1997) ao defender que o próprio Jornalismo se insere em uma visão ideológica e, deste modo, implica em um posicionamento ético e político sobre a realidade, produzindo uma forma de conhecimento. Logo, o jornalista, consciente ou inconscientemente, adiciona suas opiniões e experiências dentro de suas produções. A própria sugestão de temas a serem trabalhados em uma redação está ligada às vivências desse indivíduo. E trabalhar o olhar do repórter para que leve ao público pautas identitárias pode não parecer tão simples. Alcançar a representatividade de corpos e de identidades,

principalmente dos LGBTQIA+, requer um olhar atento e sensível. De outra forma, a narrativa tende a cair em estereótipos já conhecidos e muito bem instaurados no imaginário social. Gonçalves (2015) entende que o Jornalismo, além de não ser imparcial, também compara corpos e identidades:

Dessa forma, o desafio da construção de uma sociedade solidária implica mais do que uma prática jornalística de visibilidade, representação e informação dos dilemas enfrentados pelos grupos sociais historicamente postos como fragilizados e vulneráveis. Apesar da desconstrução da lógica positivista do distanciamento, da neutralidade e imparcialidade no jornalismo, as narrativas da contemporaneidade, mesmo aquelas com boas intenções em reportagens, notícias e demais textos jornalísticos sobre as pessoas LGBT, costumam adotar nas entrelinhas um enunciado sobre os corpos detentores da 'normalidade', sendo estes os corpos heterossexuais e cisgêneros. Isto é, o posicionamento social das pessoas LGBT só é realizado por meio de um contraste com a 'naturalidade', com a 'ordem' e com 'maioria' heterossexual e cisgênera. (GONÇALVES, 2015, p. 4-5)

Ou seja, ainda que haja um cuidado para tratar de assuntos envolvendo a comunidade LGBTQIA+, esses trabalhos recaem em uma espécie de comparação entre “certo” e “errado”, “normal” e “diferente”. E, para que aconteça uma “quebra” nesse padrão, é necessário entender a cultura em que estamos inseridos e as identidades que nos rodeiam. As narrativas individuais ou coletivas estão diretamente relacionadas com a mídia, pois procuramos por referências e por representatividades. Ao dar voz a pessoas e a públicos, o jornalista auxilia na construção dessas representatividades. “As formas como [o sujeito] constitui sua identidade [...] dão-se nas aprendizagens cotidianas que são essencialmente marcadas pelas interações sociais e pela participação ativa de instituições que contribuem nesse sentido” (SILVA, 2014, p. 51). O Jornalismo é uma ferramenta de comparação e de construção de realidades. É por meio dele que as pessoas se enxergam, mas, sobretudo, é um instrumento importante para repercutir discurso de poder. É uma área com grande influência para a população e, se não usada com sensibilidade, é capaz de naturalizar a “norma” e de fazer com que a sociedade não a questione.

2.1 A performatividade de corpos queers

Nos anos 1980, diversos pesquisadores e militantes desenvolveram a Teoria *Queer*, uma perspectiva teórica que repensa “os pressupostos heteronormativos que

estão nas mentalidades sobre gênero, sexualidade e desejo, bem como os limites da política de identidades” (GONÇALVES, 2015, p. 9).

Judith Butler (2005)¹ discute o conceito de performatividade. Para Gomes (2021), a visão de Butler sobre gênero e performatividade se assemelha a uma espécie de estrutura, cujo órgão genital marca o indivíduo e impõe comportamentos e características. “Estes atos são uma constante repetição, que reafirmam os papéis considerados naturais ou essencialistas atribuídos ao gênero” (GOMES, 2021, p.22-23). Logo, passa a existir um agenciamento e uma cultura social que impõem determinados tipos de comportamentos para os corpos, ou seja, determinam como os indivíduos devem ou não se portar em sociedade. Portanto, “[...] a performatividade deve ser entendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2005, p. 18). Ou seja, é por meio da linguagem que a performatividade tem sua principal forma de atuar – e de impor – essas condutas. O discurso nomeia e, com isso, produz narrativas sobre corpos e sobre sujeitos. Dessa forma, naturaliza-se uma diferença identitária e constrói-se uma norma a ser seguida. Quem não se encaixa nesse padrão imposto é considerado *queer*².

Ao tensionar concepções já formuladas de gênero e de sexualidade, começa-se a entender que as divisões binárias dadas a corpos são impostas desde os primórdios da humanidade. Cataloga-se o ser humano em dois gêneros a partir de crenças biológicas e, com o passar do tempo, essas visões se naturalizam – e não são mais questionadas. Guacira Lopes Louro (2008) entende que não é o nascimento de um corpo macho ou fêmea que transforma este sujeito em masculino ou feminino.

A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente. Quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em

¹ A leitura de *Corpos que importam*, de Judith Butler, foi feita por uma versão *kindle* do livro, no qual não existem as páginas para referências. Para elaboração deste capítulo, as páginas usadas são de uma edição em espanhol. Foi realizada essa procura pelas referências em espanhol para facilitar a busca e o entendimento do leitor. No final deste trabalho, estão as referências para os dois livros – em português e espanhol.

² O termo, em inglês, pode ser traduzido como “estranho”, “ridículo”, “excêntrico”, “raro” etc. A palavra *queer* era usada de forma pejorativa para se referir a grupos minorizados sexuais e de gênero. Atualmente, foi reconfigurado e é utilizado como um termo guarda-chuva para se referir a pessoas LGBTQIA+.

nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? (LOURO, 2008, p. 18).

A partir destes questionamentos, podemos pensar nas relações de poder que acontecem constantemente durante a vida em sociedade. São essas relações que determinam ações a serem seguidas e, não obstante, quais identidades merecem visibilidade e quais devem ser apagadas. Louro (2002, *apud* SILVA, 2014) questiona o movimento de conhecer e desconhecer e propõe pensar a ignorância como uma maneira de conhecer um assunto.

[...] A ignorância talvez deva ser compreendida como sendo produzida por um modo de conhecer, talvez ela possa ser entendida como uma forma de conhecer. [...] Há coisas e há sujeitos que são impensáveis no interior de uma determinada cultura [...] e eles são impensáveis porque não se enquadram numa lógica e num quadro admissíveis aquela cultura, naquele momento. Essas práticas e esses sujeitos são estranhos, são excêntricos, [...] eles e elas transgridem a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e então são recusados, são ignorados (LOURO, 2002, *apud* SILVA, 2014, p. 314)

Pensando dessa maneira, ignorar a existência de determinados corpos e de determinadas identidades é, acima de tudo, conhecê-los e escolher apagá-los porque não se encaixam nas dinâmicas já estabelecidas. Essas normas, por sua vez, refletem os corpos e as identidades de pessoas brancas, abastadas, heterossexuais e cisgêneras. Ao ignorar características e comportamentos que fogem do “normal”, a sociedade segue reforçando relações de poder, nas quais determinados atos seguem sendo privilegiados e aqueles que diferem disso são invisibilizados e jogados às margens da sociedade.

Com isso, o poder, por meio de instituições como a igreja, o governo e até a comunicação, regulamenta os corpos. Segundo Gomes (2021), os corpos são um processo de materialização na qual o indivíduo incorpora “em sua superfície corpórea as características de um modelo ‘natural’, tendo a sua coerência consolidada através de uma distinção binária” (p. 24). Ou seja, as identidades são controladas e moldadas para que se encaixem no que a sociedade já espera daquele indivíduo. Ao construir essas situações pré-determinadas para os corpos, não é necessário ignorá-los desde que eles se adaptem a esses moldes. Butler (2005) entende que essas definições são, também, práticas que regulamentam os corpos:

Nesse sentido, então, “sexo” não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidenciada como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. (BUTLER, 2005, p. 18)

Diferenciar corpos e identidades é um procedimento importante para quem está no poder, uma vez que, dessa maneira, é possível criar noções de “certo” e de “errado”. Ao impor regras e normas a serem seguidas, consegue-se controlar as pessoas e manter as relações de poder com quem já as tem. Dessa forma, Gomes (2021) entende que, além de construir uma noção de normatividade, quem detém o poder também limita até onde os corpos devem ir: “As instituições produzem os saberes sobre o sexo, mas demarcam as fronteiras” (GOMES, 2021, p. 25). Isso quer dizer que, além de controlar, de forma binária, o que pode ou não ser feito, as instituições também definem até que ponto o “certo” é, de fato, considerado aceitável e o contrário também: o quão “perversos” são os corpos marginalizados. Ainda segundo Gomes, a maneira de desestruturar esses padrões, em uma visão butleriana, é por meio da “performatividade subversiva” (2021, p. 25). O poder regula todos os corpos, em maior ou menor medida. E aqueles que buscam algum tipo de ruptura desse padrão são rechaçados. São corpos sem peso.

Ainda que este seja um grupo considerado externo à normatividade, essa noção de um ideal a ser seguido acaba presente dentro das vivências da comunidade LGBTQIA+. Ao analisar o documentário *Paris is Burning* – que retrata a cena *drag queen* de Nova Iorque dos anos 1980 –, Butler compara as narrativas criadas dentro da *ballroom* com experiências heteronormativas. “[...] Esse *insight* da ilegitimidade da lei simbólica do sexo aparece dramatizado em certo ponto no filme *Paris is Burning*: o ideal que se procura espelhar depende do próprio espelhamento entendido como real” (Butler, 2005, p. 37). Ou seja, até em momentos em que corpos minorizados realizam atividades autônomas – como desfilar em bailes do subúrbio da cidade –, eles tendem a repetir comportamentos heteronormativos – elege a *drag* que melhor performa uma executiva de sucesso, por exemplo.

Esse espelhamento mostra o quanto a sexualidade está interligada com o poder. O grupo minorizado, nesse exemplo, as *drag queens*, e outras personagens do documentário espelham-se e repetem comportamentos do grupo que detém o poder. Esses padrões só existem porque, em algum momento, foi entendido que

determinadas pessoas – que compartilham certas características – teriam mais oportunidades e mais chances de escolha. Ainda assim, não existe, de forma geral, um senso claro sobre o papel da sexualidade. Para entender as diferenças sociais entre determinadas comunidades, é necessário compreender o conceito e a função da sexualidade:

Há uma tendência de pensar que a sexualidade é algo construído ou determinado; de pensar que, se ela é construída, então é de alguma forma livre e, se for determinada, então é em algum sentido fixa. Essas oposições não descrevem a complexidade do que está em jogo em qualquer esforço de considerar as condições nas quais se assume o sexo e a sexualidade” (BUTLER, 2005, p. 145)

Não existe sexualidade sem poder. A partir disso, a performatividade surge como uma consequência desse conflito. A partir da linguagem, se constroem dinâmicas que atribuem comportamentos de uma heteronormatividade compulsória. A sexualidade, então, não é livre e existe a partir das demandas de poder inseridas na sociedade. Dessa forma, a linguagem possui um papel importante na construção das normas a serem seguidas. É por meio de interações sociais que as pessoas vão compartilhar opiniões e manter o *status quo*. Assim, o Jornalismo, enquanto instituição e pilar da sociedade, auxilia na produção de opiniões e na forma como as pessoas se tratam e em como são tratadas.

2.2 Enquadrando o Jornalismo

Os jornalistas moldam e enquadram experiências por meio da linguagem. Para Gonçalves (2005), os enquadramentos são a base das experiências sociais. Eles “definem não só a forma como interpretamos as situações, mas também como interagimos uns com os outros. Estruturam, em síntese, a nossa experiência da realidade” (p. 158). A Teoria do Enquadramento (ou *framing*) não é um estudo exclusivo da Comunicação. Originalmente, o *framing* tem raízes na Sociologia e na Psicologia, com pesquisas nas quais os profissionais se preocupavam em analisar os modos de conhecimento e interação.

Alguns autores acabam se destacando na construção dessa teoria até que ela chegue na comunicação. Entre eles, estão Erving Goffman (2006), Gaye Tuchman (1983) e Todd Gitlin (2003). Teresa Sádaba escreve o livro *Framing: el encuadre de*

*las noticias. El biomio terrorismo-medios*³ em 2007, com um apanhado sobre a evolução da Teoria do Enquadramento desde sua origem e a costura com exemplos de enquadramentos nas notícias sobre terrorismo na Espanha. Sádaba explica que os enquadramentos, na visão de Goffman, são formas de se olhar para a sociedade. É por meio do enquadramento, portanto, que interpretamos as nossas ações e a dos outros. “O *frame* é chave da ordem interacional. É marco e esquema, produto da interação e, portanto, um elemento dinâmico⁴” (SÁDABA, 2007, p. 35). Já em 1983, Gaye Tuchman começa a falar dos *framings* a partir da Comunicação, no livro *Making News*. A partir dali, Tuchman introduz a metáfora de que a notícia é como uma janela por onde se observa os acontecimentos:

As notícias são como uma janela para o mundo [...]. Mas a vista da janela depende de a janela ser grande ou pequena, se o vidro é claro ou opaco, se podemos ver a rua ou um quintal. A cena que acontece também depende de onde se localiza cada um, longe ou perto, esticando o pescoço ou olhando reto, com os olhos paralelos ao muro onde está a janela” (TUCHMAN, 1983, p. 13).

Todd Gitlin (2003) começa a analisar os enquadramentos utilizados pela mídia e pelos meios de comunicação. Os *frames* passam a ser vistos como ferramenta importante de poder. Gitlin considera-os como “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação de seleção, ênfase e exclusão, através do qual, quem maneja os símbolos organiza a forma rotineira do discurso, seja verbal ou visual” (GITLIN, 2003, p. 42-43). Ou seja, quem detém o poder consegue, na visão do autor, organizar também discursos e opiniões que estarão na sociedade.

Sádaba explica que o Departamento de Sociologia da Escola de Chicago foi um dos primeiros a estudar a Teoria do Enquadramento. Em 1923, William Isaac Thomas definiu o conceito “Definição da Situação”. Em linhas gerais, o indivíduo constrói uma ideia de algo que está diante dele por meio de atitudes e conhecimentos prévios. “As pessoas, portanto, não respondem diretamente aos feitos objetivos, se não que as fazem referenciando a sua própria interpretação⁵”

³ A leitura de Sádaba (2007) foi realizada no idioma original da pesquisa, em espanhol. Para facilitar a leitura, as traduções foram feitas pela autora e o trecho original será disponibilizado nas notas de rodapé.

⁴ No original: “El frame es la llave del orden interaccional. Es marco y esquema, producto de la interacción y, por lo tanto, un elemento dinámico”

⁵ No original: “Las personas, por lo tanto, no responden directamente a los hechos objetivos, sino que lo hacen con referencia a su interpretación”

(SÁDABA, 2007, p. 25). Logo, as pessoas reagem a determinadas situações de acordo com os enquadramentos aos quais já foram expostas.

Ao definir situações, os *frames* organizam os acontecimentos. “As definições de uma situação se constroem de acordo com princípios de organização que governam os acontecimentos, ao menos os sociais, e nossa reação a eles. *Frame* é a palavra que uso para me referir a esses elementos⁶” (GOFFMAN, 1974, *apud* SÁDABA, 2007, p. 33). Como já mencionado anteriormente, o enquadramento seleciona – ou exclui – os acontecimentos e os molda para apresentar ao público. Dessa forma, o *framing* pode controlar o discurso público e, conseqüentemente, “são ferramentas muito poderosas e atrativas⁷” (SÁDABA, 2007, p. 218).

Além de ser uma forma, como dito anteriormente, de selecionar, enfatizar e excluir, os enquadramentos também possuem outras funções. Entman (1993, *apud* Gonçalves, 2005) classifica-os em: definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções. Uma única frase pode desempenhar uma, várias ou até mesmo nenhuma dessas funções. Mas as frases de um texto não trabalham sozinhas. Entman continua seu desdobramento sobre os enquadramentos enquanto produtores de sentido ao analisar quatro instâncias:

Os **comunicadores**, que produzem consciente ou inconscientemente julgamentos de enquadramento quando decidem aquilo que vão dizer, guiados por enquadramentos que organizam o seu sistema de crenças. O **texto** produzido pelos comunicadores, onde se imprimem os enquadramentos de forma mais ou menos consciente, manifestando-se pela presença ou ausência de determinadas palavras-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que promovem o reforço temático de conjuntos de ideias ou de juízos, formando uma espécie de argumento dos enquadramentos. O **receptor**, que na interação com o texto mobiliza os seus enquadramentos próprios – o resultado pode refletir ou não os enquadramentos do texto e a intenção de enquadramento do comunicador. Por último, a **cultura**, que consiste no ‘*stock*’ de enquadramentos comuns invocados nas instâncias anteriores, pois constitui a origem dos enquadramentos exibidos no discurso e pensamento da maioria dos indivíduos de um determinado grupo social (ENTMAN, 1993, *apud* GONÇALVES, 2005, p. 163, grifo da autora)

Comunicadores, texto, receptor e cultura trabalham juntos para sugerir e para enquadrar os temas que estarão presentes no discurso da sociedade. Os jornalistas sugerem, julgam, diagnosticam ou definem situações, mas o seu trabalho sozinho

⁶ No original: “las definiciones de una situación se construyen de acuerdo con principios organizativos que gobiernan los acontecimientos, al menos los sociales, y nuestra implicación en ellos. *Frame* es la palabra que uso para referirme a esos elementos”

⁷ No original: “los frames son herramientas muy poderosas y atractivas”

não transforma essas situações em acontecimentos relevantes para o público. A escolha das palavras e o uso da linguagem no texto deve ser próximo do receptor, para que a mensagem repercuta em suas experiências pessoais e coletivas. Além disso, a cultura em que o comunicador e o receptor estão inseridos é muito importante. Ainda que o jornalista defina um acontecimento, enquadre em seu texto e o entregue ao receptor, se a situação não tem uma relação de proximidade com a cultura do local, a mensagem inicial pode não ser entendida. Gamson (1992, *apud* SÁDABA, 2007) explica que os enquadramentos funcionam apenas se os jornalistas souberem relacioná-los à cultura do local onde estão inseridos:

Gamson destacou que o sucesso dos *frames* dependeu tanto da proximidade e do compromisso que se supõe para cada indivíduo quanto das ressonâncias com um contexto mais amplo da cultura política. Isso, por exemplo, também pode ser visto na linguagem, o estilo narrativo utilizado pelo jornalista, que tende a remeter a códigos, convenções e esquemas sociais, identificados como representacionais, diria Tuchman, por membros de uma cultura específica⁸ (SÁDABA, 2007, p. 233)

Dessa forma, o repórter precisa saber relacionar o enquadramento ao contexto e à cultura do ambiente em que o público está inserido e deve entender as reações que podem surgir a partir dos enquadramentos escolhidos. Uma pesquisa realizada pelo professor da Stanford University, Shanto Iyengar, buscava entender os efeitos da televisão na opinião pública. Iyengar propõe duas categorias para os enquadramentos: episódicos e temáticos. Para Iyengar (1991, *apud* SÁDABA, 2007), enquadramentos episódicos descrevem um acontecimento concreto e estão centrados nos protagonistas da história. Já enquadramentos temáticos exigem uma contextualização maior e estão centrados, como o nome sugere, no tema, não no episódio específico.

Essas duas categorias não são completamente exclusivas, pois existem quadros mistos nos quais fatos particulares e dados do contexto são misturados. Os enquadramentos, conclui o autor, interagem com fatores psicológicos do jornalista e de sua audiência, de modo que, quanto mais

⁸ No original: "Gamson apuntaba que el éxito de los frames dependía tanto de la proximidad y del compromiso que se presumen para cada individuo como de las resonancias a un contexto amplio de cultura política. Esto por ejemplo se aprecia también en el lenguaje, el estilo narrativo que utiliza el periodista, que tiende a referirse a códigos, convenciones y esquemas sociales, identificados como representacionales, diría Tuchman, por los miembros de una cultura específica"

adequado for o enquadramento a essas características pessoais, mais efeitos a cobertura terá no receptor⁹ (SÁDABA, 2007, p. 72)

Além dessas categorias, os enquadramentos também seguem um fator de influência. Tuchman (1983) define cinco fatores de influência dos *frames*. Sendo eles: lugar da cobertura; editorias; quem seleciona a notícia; momento da notícia e características. Esses fatores de influência auxiliam nas categorias do enquadramento, mas também organizam as informações, tornando o acontecimento importante. “Tomado por si só, um fato não tem significado. De fato, mesmo $2+2=4$ é factual apenas dentro de certos sistemas matemáticos. É a imposição de um quadro de outros fatos ordenados que permite o reconhecimento da facticidade e a atribuição de sentido” (TUCHMAN, 1983, p. 52). Dessa forma, é o comunicador quem dá significado aos acontecimentos antes de os entregar ao receptor.

Gamson (1992, *apud* SÁDABA, 2007) compara os assuntos trazidos pela mídia a bosques. Segundo o autor, os *frames* são como mapas que auxiliam a população a encontrar o melhor caminho para ser percorrido. Porém, nem todas as pessoas seguirão pelo caminho que a notícia está sugerindo.

No entanto, alguns não seguem os caminhos marcados, vagando com frequência e fazendo seus próprios caminhos. Do ponto de vista desses vagabundos, o discurso da mídia é uma fonte cultural para entender e falar sobre um assunto, mas é apenas uma das várias fontes disponíveis. Não é nem mesmo o mais importante para algumas questões, em comparação, por exemplo, com sua própria experiência e a de outras pessoas em suas vidas. Muitas vezes, eles encontram seu caminho através da floresta com uma combinação de fontes, incluindo aquelas que eles mesmos carregam¹⁰ (GAMSON, 1992, *apud* SÁDABA, 2007, p. 43)

Dessa forma, o Jornalismo tem o poder de sugerir os assuntos que terão ênfase no discurso público, mas não quer dizer que todos os enquadramentos terão sucesso. A população interage com a produção jornalística, mas as informações não chegam cruas para os indivíduos. Eles interagem com aquilo e absorvem o

⁹ No original: “Estas dos categorías no son del todo excluyentes, ya que existen marcos mixtos en los que se mezclan hechos particulares y datos del contexto. Los marcos, concluye el autor, interactúan con factores psicológicos del periodista y de su audiencia de modo que, cuanto más acorde sea el marco a estas características personales, más efectos tendrá la cobertura el receptor”

¹⁰ No original: “Sin embargo, algunos no van por los caminos señalados, vagabundeando frecuentemente y haciendo caminos propios. Desde el puesto de estos vagabundos, el discurso de los medios es una fuente cultural para comprender y hablar sobre un asunto, pero solo es una de entre las varias fuentes disponibles. Incluso no es la más importante para algunos asuntos, en comparación, por ejemplo, con su propia experiencia y con la de otros en sus vidas. Frecuentemente, encuentran el camino del bosque con una combinación de fuentes, incluyendo aquellas que llevan ellos mismos”

conhecimento de acordo com outras vivências e experiências que eles mesmos já tenham ou que tenha acontecido ao seu redor. Ou seja, o indivíduo não está neutro àquele acontecimento, e, para que aconteça uma reação por parte da população, o discurso e o enquadramento devem estar atrelados à cultura do local em que estão inseridos.

O jornalista tem o privilégio de experienciar e moldar os acontecimentos. Para Sádaba (2007), a tarefa do repórter consiste em “abrir bem os olhos e aguçar os ouvidos diante de uma realidade que surpreende a cada momento e transmitir essa surpresa contínua a centenas ou milhares de pessoas¹¹” (p. 21). Ao surpreender-se com a realidade, o jornalista enquadra os acontecimentos, como já mencionado, incluindo ou excluindo situações. Bateson (1972, *apud* Gonçalves, 2005) compara o enquadramento com uma fotografia. Somos atraídos para o que a imagem nos mostra, para o que está dentro da moldura. Para outros espectadores, talvez houvesse algo mais relevante acontecendo fora da moldura. Mas, como já mencionado anteriormente, a ignorância é um modo de conhecer. Logo, o jornalista, de acordo com suas próprias construções identitárias, escolhe enfatizar o que está dentro da imagem e excluir tudo aquilo que está fora.

Para Darde e Morigi (2012), as notícias ainda são compreendidas, no imaginário, como naturais e não por aquilo que são: socialmente construídas pelos diversos discursos que as produzem.

Essa perspectiva naturalizante e essencialista do jornalismo não leva em conta os processos culturais historicamente construídos. Compreendemos a notícia – principal produto jornalístico – como a imbricação do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido. Essa perspectiva se funda em um padrão normativo ocidental hegemônico definido como heteronormatividade, que hierarquiza e atribui valores às masculinidades, feminilidades, aos arranjos familiares (DARDE; MORIGI, 2012, p. 150).

O produto jornalístico, portanto, está entrelaçado com a cultura da sociedade e com a ideologia do repórter. A notícia não é uma verdade absoluta e é construída por pessoas com suas próprias opiniões e experiências. E, para tanto, o jornalista necessita conhecer a situação para conseguir se aproximar, descrever e enquadrar o acontecimento. “Para ser notícia, não basta ser acessível, a questão deve ser sociológica e psicologicamente coerente com a compreensão de mundo do

¹¹ No original: “[...] abrir bien los ojos y aguzar los oídos ante una realidad que sorprende en cada momento y transmitir esta continua sorpresa a cientos o miles de personas”

repórter¹²” (TUCHMAN, 1983, p. 117). Dessa forma, o acontecimento precisa ser próximo do jornalista para tornar-se, de fato, uma notícia. Sem isso, a compreensão e a acessibilidade não são suficientes, afinal, como já mencionado, 2+2=4 só funciona em contextos conhecidos por determinados grupos sociais.

O foco principal dos enquadramentos, segundo Sádaba, está no conhecimento. *Como eu conheço o mundo ao meu redor é mais importante do que o que é conhecido*. De acordo com a autora, o *framing* no Jornalismo acaba sofrendo um problema: “a falta de explicação para a transformação entre os acontecimentos e o que aparece na mídia¹³” (SÁDABA, 2007, p. 163). Assim, não é possível saber se o que está enquadrado na mídia é, de fato, exatamente como aconteceu. O jornalista adiciona e retira informações de acordo com os assuntos em que tem mais familiaridade.

O repórter está presente durante o desenrolar de um acontecimento e, portanto, tem como principal tarefa mediar as informações e construir narrativas que sejam relevantes para sua audiência. O jornalista é personagem central na construção de uma notícia. Alsina (2009) entende que o elemento humano é o primeiro a dar significado aos fatos sociais na complexa mediação entre acontecimento e notícia. Nesse movimento, segundo o autor, opera-se uma verdadeira construção do cotidiano. Para Henn (1996) existe uma epistemologia subjacente à atividade, ocultada pela tecnicidade do processo. “Epistemologia porque neste processo de construção da realidade, entra em jogo um conhecimento do mundo legitimado pela especialidade do jornalista” (HENN, 1996, p.19).

O repórter relata o acontecimento vivido e tem um papel maior do que uma pessoa “comum” que estava presente durante determinadas situações. Com isso, as organizações e instituições jornalísticas carregam a responsabilidade de descrever o mundo para o público geral. Quando bem enquadrado, um texto jornalístico pode gerar reações da população por causa da credibilidade que essas instituições carregam. “As representações simbólicas tornam-se realidades com as quais os homens convivem em seu mundo particular. Além disso, ao interpretar as formas simbólicas, o público as incorpora como parte de sua própria compreensão do

¹² No original: “para ser noticia, ser accesible no es suficiente, la cuestión debe ser sociológica y psicológicamente congruente con la comprensión del mundo de un reportero”

¹³ No original: “la falta de explicación a la transformación que hay entre los acontecimientos y lo que aparece en los medios”

mundo e de si mesmo¹⁴” (SÁDABA, 2007, p. 234). Ou seja, as pessoas adotam e transformam aqueles acontecimentos como parte de sua cultura, e isso pode acarretar preconceitos sendo reforçados ou, pelo contrário, a quebra de ideias conservadoras.

O Jornalismo ajuda a afirmar ideias já existentes no imaginário da população. Para Freire Filho (2004, *apud* PINHO; FERNANDES DA SILVA; GASPARETTO NETO, 2020, p. 5), “os meios de comunicação de massa são responsáveis pela difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de preconceitos acerca das minorias”. Dessa forma, é importante perceber os enquadramentos utilizados pelos profissionais quando estão trabalhando na construção da notícia. Como os jornalistas narram, agendam e enquadram notícias que contém personagens e corpos LGBTQIA+?

2.3 O significado de pensar em um Jornalismo de gênero

A mídia e os produtos jornalísticos têm o poder de escolher os assuntos tratados no cotidiano da população. Portanto, “[...] aquilo que não passa pela mídia eletrônica cada vez mais vai-se tornando estranho aos modos de conhecer, aprender e sentir do homem contemporâneo” (FISCHER, 1997, p. 62). Ao mesmo tempo que escolhe dar ênfase a algo, o jornalista também escolhe excluir. Ao ignorar, invisibiliza narrativas e torna aquilo estranho aos olhos da sociedade. Estudar o enquadramento das notícias envolvendo grupos minorizados significa buscar como a sociedade os enxerga e entende. Como a mídia produz conhecimentos e informações sobre eles. Ou, como Silva (2014) coloca:

[...] Significa ir ao encontro daqueles elementos poucos perceptíveis “a olho nu”. Ou seja, as produções simbólicas complexas que, histórica e culturalmente, vão se constituindo e permeando os modos de vida, as normas sociais, e que, através da (e na) mídia, cada vez mais são (re)produzidas de forma lúdica, atrativa, consumível, veloz, inteligível e, sobretudo, como parâmetro da realidade (SILVA, 2014, p. 47)

As notícias refletem a sociedade e a cultura que estão inseridas. Se elas se encontram em uma sociedade que tem como base crenças que giram em torno de

¹⁴ No original: ““Las representaciones simbólicas, los productos simbólicos creados en los medios, pasan a ser realidades con las que conviven los hombres en su mundo particular. Es más, al interpretar las formas simbólicas, la audiencia las incorpora como parte de su propia comprensión del mundo y de sí mismos”

corpos brancos e heteronormativos, enquadrarão positivamente esses sujeitos e invisibilizarão tudo o que for considerado diferente. Entretanto, a heteronormatividade também cria ambientes de tolerância para determinados corpos:

[...] a sociedade busca normalizar gays, lésbicas e travestis, insistindo na inclusão daqueles que são monogâmicos, daqueles que mantêm uniões estáveis, daqueles que revelam possuir boa condição econômica, enfim, dos que se esforçam por parecer normais e são bem comportados. [...] Entre as lésbicas, a situação não é diferente, com o claro prestígio daquelas que são discretas, bem-sucedidas, decididas e empreendedoras sem perder a feminilidade (SEFFNER, 2006, p. 30 *apud* DARDE; MORIGI, 2012, p. 151).

É nesse sentido que a Teoria *Queer* tenta desconstruir essa visão binária que tende a privilegiar corpos e identidades que se encaixam em padrões já aceitos pelo imaginário social e coletivo. “Este termo é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização” (LOURO, 2001, *apud* DARDE; MORIGI, 2012, p. 152). Ao ressignificar um nome que era pejorativo, existe uma quebra do padrão heteronormativo, uma ruptura, pois a linguagem vem antes do sujeito. Antes de nos entendermos como seres humanos, já temos um nome e o carregamos – junto com todos os pesos que podem vir atrelados a ele.

Considerando que o próprio uso da linguagem é ativado em virtude de haver sido chamado pela primeira vez por um nome, a ocupação do nome é o que situa um sujeito, sem escolha possível, dentro do discurso. Esse ‘eu’, produzido pela acumulação e convergência de tais ‘chamadas’, não pode subtrair-se da historicidade dessa cadeia nem elevar-se sobre ela e confrontá-la como se fosse um objeto oposto a mim, que não é eu mesma, mas tão somente o que os outros fizeram de mim; pois esse estranhamento, ou divisão, produzido pelo entrelaçamento das chamadas interpelativas e do ‘eu’, que é seu lugar, é não só invasivo como também capacitador, aquilo que Gayatri Spivak chama de ‘violação habilitante’ (BUTLER, 2005, p. 181)

Essa “violação habilitante” enquadra as pessoas por meio de determinados comportamentos e atos realizados. As constantes “chamadas” tornam-se parte daquela pessoa, e separar-se dessas definições construídas por meio da linguagem já não é tão simples. Por outro lado, a união entre linguagem, performatividade e poder torna difícil a ressignificação e, portanto, a ruptura de comportamentos. Butler (2005) escreve sobre o uso impróprio de palavras e as consequências por trás disso.

“O emprego inadequado assinala uma avaria da homogeneidade da intenção que aparentemente mantém unida a comunidade de falantes de uma língua” (p. 299-300). Ao nomear de forma equivocada, produzimos uma estranheza entre os falantes e reiteramos a definição correta da nomeação, porque as definições são construídas culturalmente ao longo da história. Logo, reafirmamos o significante de algo ao relacioná-lo a um significado diferente do original.

Significante nada mais é do que a palavra, a forma como escrevemos ou falamos sobre algo. Já significado é a imagem que criamos sobre aquele objeto. Ao sabermos o significado de algo, entendemos a sua importância e conseguimos entender a necessidade de uma ruptura de determinados comportamentos. Butler joga com a palavra *matter* que, em inglês pode significar matéria ou o verbo importar – de se tornar importante –, mas não é somente sobre isso:

Não se trata de um jogo banal de palavras falar sobre corpos que importam/corpos materiais [*bodies that matter*] nesses contextos clássicos, pois ser material significa materializar, se compreendemos que o princípio dessa materialização é precisamente o que ‘importa’ [*matter*] sobre aquele corpo, sua própria inteligibilidade. Nesse sentido, saber o significado de alguma coisa é saber como e porque ela importa, sendo que ‘importar’ significa ao mesmo tempo ‘materializar’ e ‘significar’ (BUTLER, 2005, p. 60)

Dessa forma, saber o significado de algo – a razão pela qual aquilo importa – auxilia na quebra de padrões e na ascensão de determinados corpos. Invisibilizar o não-normativo é importante para a continuidade de um poder branco, patriarcal e, principalmente, heterossexual, uma vez que esconde a importância de corpos e identidades e constrói mais preconceitos ao redor dessa comunidade. Ainda assim, damos nomes as coisas não apenas para entendê-las, mas também como uma forma de controle. “A denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma” (BUTLER, 2005, p. 26). Ou seja, nomeamos para, também, saber o que deve ser invisibilizado e o que continua como detentor de poder.

Na perspectiva estruturalista de Ferdinand de Saussure (1978) os símbolos são naturais e raramente podem ser modificados ou trocados por outros, como o símbolo da justiça, a balança, que não poderia ser substituído por outro, como por uma coroa de louros. Já os signos linguísticos, no que pese a arbitrariedade que os fundamenta, podem se modelar em significados distintos.

Os objetos tomam seu significado a partir da definição que o ator faz deles em cada situação e, assim, Blumer (1969) indica que 'o significado dos objetos para uma pessoa emana fundamentalmente da maneira como eles foram definidos por aqueles com quem ele interage'. Portanto, o significado não é intrínseco à natureza do objeto, mas é um produto social.¹⁵ (SÁDABA, 2007, p. 131)

Dessa forma, o Jornalismo é uma peça principal na criação de produtos sociais. É por meio do que as pessoas veem na mídia que elas criam os significados dos acontecimentos, entre eles, os significados de grupos sociais. Ao pensar dessa forma, pessoas LGBTQIA+, ainda que minorizadas, não são totalmente excluídas da sociedade, uma vez que a heterossexualidade necessita de um "oposto" para manter as relações de poder equilibradas. É uma "economia de repúdio" que mantém identidades LGBTQIA+ como algo existente, mas fictício.

A homossexualidade não é de todo repudiada porque ela é considerada, mas sempre permanecerá vista como 'entretenimento', apresentada como a representação do 'fracasso' do simbólico em sua tarefa de constituir de forma plena ou final seus sujeitos sexuados, porque também sempre é apresentada como uma rebelião subordinada que não tem poder para rearticular os termos da lei em vigência (BUTLER, 2005, p. 168)

Se essas identidades seguem, minimamente, o padrão heterossexual em seus comportamentos, elas são "aceitas" na sociedade como uma forma de manter uma norma já estabelecida. São usadas como entretenimento, ainda que de forma desrespeitosa para os corpos envolvidos e, dessa forma, são vistas como algo positivo. Pessoas LGBTQIA+ são aceitas se forem apenas um assunto breve na mídia e que não tente mudar os comportamentos já estabelecidos. Butler (2005) define isso como uma economia de repúdio que "sugere que a heterossexualidade e a homossexualidade são fenômenos mutuamente excludentes, que só podem coincidir desde que um seja culturalmente viável e o outro um assunto passageiro e imaginário" (p. 168). Ou seja, uma necessita da outra, ainda que seja para que uma se mantenha no poder e a outra seja a "excluída". Essa relação de inclusão e exclusão pode ser reforçada dentro de produtos jornalísticos, porque, por meio dos enquadramentos, o Jornalismo tem o poder de reforçar padrões.

¹⁵ No original: "Los objetos toman su significado por la definición que el actor hace de ellos en cada situación y así Blumer (1969) indica que "el significado de los objetos para una persona emana fundamentalmente del modo en que estos le han sido definidos por aquellos con quienes interactúa". Por lo tanto, el significado no es intrínseco a la naturaleza del objeto, sino que es un producto social

Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo. (SILVA, 2014, p. 102-103)

As pessoas são seres culturais. Todas as suas experiências e opiniões são construídas por meio da convivência com outros seres e da troca pela linguagem e pela cultura do ambiente em que se está inserido. Todas as construções sobre sexualidade são feitas a partir de um olhar heteronormativo. A heterossexualidade seria a norma, e qualquer coisa fora disso se tornaria um comportamento desviante. A própria linguagem ao redor da sexualidade ainda mantém pensamentos enraizados de que as pessoas escolhem ser de uma forma ou de outra, ainda que essa não seja a realidade.

Quando, na linguagem lacaniana, diz-se que alguém assume um 'sexo', a gramática da frase cria a expectativa de que existe um 'alguém' que, ao despertar, reflete e delibera sobre o 'sexo' que assumirá nesse dia, gramática essa em que a 'assunção' é rapidamente assimilada à noção de uma escolha bastante refletida. Mas, se o que impõe essa 'assunção' é um aparato regulador da heterossexualidade e uma assunção que é reiterada com a produção forçada do 'sexo', trata-se, portanto, de uma 'assunção' de sexo forçada desde o princípio (BUTLER, 2005, p. 33)

Ao impor que existe uma escolha, podemos, também, entender que existe uma escolha certa que, nesse caso, seria a heterossexualidade. Ao escolher o contrário, as identidades LGBTQIA+ aceitam a imposição de estarem fora das normas heterossexuais da sociedade e de serem vistas como uma representação do fracasso dentro da economia do repúdio. Dentro do Jornalismo, ainda que de forma não-violenta, as coisas não são tão diferentes. A forma como se fala de pessoas LGBTQIA+ nas mídias de massa ainda é algo muito colado à noção de heterossexualidade compulsória. Ainda não se sabe falar sobre outras experiências além desse espectro heteronormativo. Há um esforço das mídias em acolher e em pautar essas histórias, mas isso ainda é algo regrado. Este trabalho busca identificar se esses esforços são eficazes e quais os problemas enfrentados.

O Jornalismo reforça padrões, mas tem, igualmente, o poder de quebrar paradigmas. É preciso olhar o Jornalismo enquanto conhecimento e enquanto construtor de realidades para que se possa entender sua influência e para usá-lo a fim de mudar visões pré-estabelecidas de grupos minorizados, como é o caso da

comunidade LGBTQIA+. Os profissionais precisam estar abertos para conhecer novas realidades e para narrar outras experiências. Dessa forma, em uma sociedade utópica, haveria a diminuição da desigualdade e da intolerância. “Sendo o jornalismo um conhecimento social e a mídia uma instância pedagógica, as ações profissionais genuinamente democráticas e de ampliação de vozes podem contribuir para importantes transformações sociais e culturais” (SILVA, 2014, p. 316).

Por fim, entende-se que o discurso jornalístico tem um papel essencial para a manutenção ou para a desconstrução da heteronormatividade e dos preconceitos acerca da comunidade LGBTQIA+. As manifestações contra pessoas LGBTQIA+ vêm de encontro com um sentimento de “ameaça” às normas e às estruturas conservadoras da sociedade. Portanto, as narrativas jornalísticas podem, aos poucos, mudar um imaginário ou continuar carregando crenças preconceituosas que diminuem e invisibilizam corpos que diferem do heteronormativo.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizados dois movimentos metodológicos: o mapeamento de acontecimentos e a análise de notícias selecionadas. O recorte para realizar o mapeamento de acontecimentos significativos para a comunidade LGBTQIA+ foi entre janeiro de 2014 e as duas primeiras semanas de março de 2022. Os oito anos mapeados foram escolhidos a partir do ano de publicação da notícia do jornal O Globo que dá nome a este trabalho até a semana de início da coleta dos acontecimentos. As pesquisas foram feitas pelo servidor de buscas Google e levavam em conta a conquista por direitos, violências, memes ou escândalos sofridos pela comunidade LGBTQIA+. Em um primeiro momento, a busca foi livre a partir de conhecimentos prévios e resultados de pesquisa, uma vez que serviam apenas para mapear os acontecimentos ao longo dos oito anos escolhidos para a análise. Após alguns acontecimentos já estarem mapeados, a busca passou a ser mais controlada – já utilizando a ferramenta de buscas do portal de notícias G1 e verificando se as matérias que lá apareciam falavam sobre os mesmos assuntos mapeados no primeiro movimento de coleta de dados.

Antes do início das buscas, quando este Trabalho de Conclusão era apenas um projeto de pesquisa, o portal utilizava a *tag* “LGBT” para reunir as notícias sobre esse assunto. No entanto, em algum momento entre junho de 2021 (data da entrega do projeto de pesquisa) e março de 2022, o site parou de usar a *tag* e retirou-a das notícias sobre a temática. Portanto, para a construção do levantamento, foi necessário utilizar o mecanismo de buscas do próprio site. Para encontrar as notícias, foram utilizados três termos: “LGBT”; “LGBTQI+”; e “LGBTQIA+”. “LGBT” foi escolhido por ser a antiga *tag* utilizada pelo site e por ser a sigla mais comum – ainda que não abranja todas as identidades. A partir desse momento, percebeu-se um empecilho para a coleta. Por não existir mais a *tag* “LGBT”, a ferramenta de busca mostrava todas as notícias que continham a sigla “LGBT” no layout da página, não necessariamente apenas matérias dessa temática. Logo, além de uma lista imensa de textos que, inclusive, se repetiam, também era possível encontrar notícias sobre outros assuntos que não interessavam ao levantamento que estava sendo construído. Percebeu-se, então, a necessidade de utilizar outros termos para as buscas. Ao utilizar a primeira sigla nas buscas e ao escavar à procura de matérias

relevantes para o levantamento, percebeu-se que o G1 costuma utilizar diversas siglas para representar a comunidade LGBTQIA+. Entretanto, uma das que parecia mais popular era “LGBTQI+”. Desse modo, ela foi escolhida como um dos termos de busca. “LGBTQIA+” foi usada por ser a sigla escolhida como padrão para a escrita deste trabalho e por, talvez, ser a que mais abrange as diferentes identidades presentes dentro da comunidade. Por isso, ela também foi utilizada para o mapeamento.

Como já mencionado, o recorte temporal utilizado foi de 2014 a 2022. Porém, as buscas foram realizadas mês a mês, para que existisse uma melhor visualização dos resultados – uma vez que o mecanismo de buscas do site não organiza os textos por data de publicação. Com exceção das buscas que utilizaram o termo “LGBT”, todas as outras notícias encontradas a partir dos demais termos foram levadas em consideração ao escolher as matérias que iriam para o levantamento. Ou seja, mês a mês, os títulos de todas as matérias eram lidos e acontecia a rolagem até o fim da página, quando encerrava os resultados da busca. Nesse momento, havia o filtro para o mês seguinte, e o trabalho se repetia até o fim dos oito anos escolhidos. A partir dos títulos, que já davam o tom da matéria, acontecia a escolha das notícias que poderiam ser selecionadas para o levantamento. É importante ressaltar que, nesse momento, o conteúdo da matéria – e os enquadramentos utilizados pelo jornalista – não foram levados em consideração, pois a intenção era apenas mapear os acontecimentos para, depois, realizar uma análise aprofundada.

A partir desses filtros, ano a ano, dentro do G1, a escolha das notícias passou a ser mais ativa. As matérias que passaram para a segunda parte da construção do levantamento levavam em conta categorias, que acabaram não se tornando oficiais para a monografia, mas que são de interesse da pesquisadora. Foi uma espécie de pré-enquadramento para realizar a análise dos enquadramentos das notícias do G1. Foram excluídas, nesse primeiro movimento, notícias que eram mais focadas em divulgar eventos, sem nenhum outro gancho para a matéria. Ou seja, notícias sobre Semanas de Diversidade em universidades, agenda de Paradas do Orgulho LGBTQIA+ ao redor do país ou mostras de filmes foram deixadas de lado, pois não havia conteúdo suficiente para o aprofundamento da análise.

Nessa primeira busca, percebeu-se uma quantidade expressiva de textos sobre eventos sobre diversidade – sem muitos detalhes, apenas informando a

agenda, por exemplo –, notícias sobre violência e textos que faziam referência ao Mês do Orgulho – falando sobre o significado das cores da bandeira LGBTQIA+ ou com “curiosidades” sobre pessoas relevantes para a comunidade. Percebeu-se, também, uma evolução no decorrer dos anos. Houve um aumento no número de notícias encontradas, ano a ano, sobre a temática LGBTQIA+. Além disso, os conteúdos pareceram estar mais diversos, indo além de temáticas como a violência e a divulgação de eventos. Durante os anos pesquisados, foram encontradas algumas notícias que tratavam da violência contra a comunidade LGBTQIA+ na Alemanha, até que, em 2022, há a publicação da notícia: *Alemanha nomeia encarregado para assuntos queer*¹. A escolha talvez tenha sido para tentar diminuir a violência relatada nos últimos anos no país. Ademais, em fevereiro de 2020, houve um aumento significativo em matérias sobre alas LGBTQIA+ em presídios no Brasil, além, é claro, de todas as pautas que acabavam se repetindo, ano após ano, em junho.

Todas essas primeiras impressões foram levadas em consideração ao organizar o levantamento de notícias do G1. Para melhor visualizar e classificar as matérias, foi criado um documento no Excel com todos os meses e anos utilizados no recorte da pesquisa. O documento foi dividido, além do recorte temporal, em título da matéria com link, a sigla utilizada para buscar a notícia, o acontecimento ao qual ela foi vinculada e uma área para comentários, caso fosse necessário. No total, foram 318 notícias coletadas no decorrer dos oito anos utilizados para a pesquisa. Após essa coleta, as matérias passaram por uma nova análise, em que foram categorizadas em 13 acontecimentos. Para melhor entendimento, o levantamento está acessível para quem tiver interesse em se aprofundar nas notícias coletadas².

As notícias foram divididas, ano a ano, da seguinte maneira: em 2014, foram duas notícias – uma na busca “LGBT” e outra na “LGBTQI+”; em 2015, o número passou para 32 – sendo todas na busca “LGBT”; em 2016, 31 notícias foram encontradas – sendo 27 em “LGBT”, uma em “LGBTQI+” e três em “LGBTQIA+”; em 2017, o total encontrado foi de 33 – 27 em “LGBT”, três em “LGBTQI+” e três em “LGBTQIA+”; em 2018, o número diminuiu para 24 – 18 em “LGBT”, duas em

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/08/alemanha-nomeia-encarregado-para-assuntos-queer.ghtml>

² Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1TglnMjI3Mfrxyuox3_8kkZ1myqyp_sxX/edit?usp=sharing&oid=102789404620130733912&rtpof=true&sd=true

“LGBTQI+” e quatro em “LGBTQIA+”; em 2019, foram 43 matérias – 22 em “LGBT”, 12 em “LGBTQI+” e nove em “LGBTQIA+”; em 2020, foram 48 – 20 em “LGBT”, 13 em “LGBTQI+” e 15 em “LGBTQIA+”; em 2021, foram 82 – 23 em “LGBT”, 42 em “LGBTQI+” e 16 em “LGBTQIA+”; e, nos três primeiros meses de 2022, foram 23 notícias – 11 em “LGBT”, sete em “LGBTQI+” e cinco em “LGBTQIA+”. Algumas notícias acabavam se repetindo entre as buscas e eram contabilizadas apenas na primeira vez que apareciam. Por isso, LGBTQIA+ tem menos resultados do que os demais termos pesquisados.

A criação dos 13 acontecimentos aconteceu a partir da temática de cada notícia e da aproximação entre elas. São eles: “Audiovisual”; “Cura Gay”; “Declarações Polêmicas”; “Eventos”; “Ideologia de Gênero”; “LGBTfobia”; “Literatura”; “Música”; “Nome Social”; “Propaganda Gay”; “Representatividade e Direitos”; “Turismo”; e “Vulnerabilidade”. Para melhor visualização, os acontecimentos também foram classificados por cor dentro da planilha. A seguir, uma breve explicação sobre o que cada acontecimento representa.

- **“Audiovisual”**: Notícias que divulgavam séries e filmes com temática ou personagens LGBTQIA+ ou outros produtos audiovisuais que continham algum tipo de relação com a comunidade LGBTQIA+.
- **“Cura Gay”**: Matérias relacionadas a discussão sobre terapias de conversão na política.
- **“Declarações Polêmicas”**: Falas de políticos ou personalidades conhecidas que tiveram algum tipo de controvérsia.
- **“Eventos”**: Notícias que falavam da divulgação de eventos relevantes para a comunidade LGBTQIA+. Nota-se que entraram, nesse acontecimento, eventos cujo texto fazia mais que um trabalho de divulgação.
- **“Ideologia de Gênero”**: Notícias sobre declarações ou discussões sobre gênero em ambientes públicos, como escolas ou eventos que acabaram tendo um desenrolar negativo.
- **“LGBTfobia”**: Casos nos quais houve algum tipo de violência física ou verbal contra a comunidade LGBTQIA+.
- **“Literatura”**: Notícias envolvendo livros, eventos ou personagens literários e/ou escritores.

- **“Música”**: Matérias que continham entrevistas com cantores ou bandas que envolviam, de alguma forma, a comunidade LGBTQIA+.
- **“Nome Social”**: Textos cuja temática gira em torno do direito ao uso do nome social para pessoas transexuais.
- **“Propaganda Gay”**: Quando há uma ação positiva ou não em relação a comunidade LGBTQIA+. Notícias sobre pessoas dando suporte a causa, mas que não são aprofundadas o suficiente para entrar no acontecimento Representatividade e Direitos.
- **“Representatividade e Direitos”**: Notícias que mostram algum tipo de representação da comunidade LGBTQIA+. Quando narram a busca por direitos ou quando estes são alcançados.
- **“Turismo”**: Matérias sobre viagens, melhores lugares para a comunidade LGBTQIA+ ou sobre cidades que querem se transformar em pontos turísticos para a comunidade.
- **“Vulnerabilidade”**: Notícias que mostram a comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade ou que divulgam ações positivas, mas que só aconteceram porque esses grupos estavam vulneráveis.

Após a escolha dos 13 acontecimentos e a categorização das notícias dentro desses grupos, foi realizada a contagem, ano a ano, das matérias de cada acontecimento para observar e quantificar os textos produzidos pelo G1 e o possível enquadramento utilizado pelo portal. É importante ressaltar que os acontecimentos não estão presentes em todos os oito anos analisados, mas se tornaram relevantes ao verificar o panorama geral das notícias encontradas no portal.

Tabela 1 – Acontecimentos 2014 a 2022

Acontecimento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Audiovisual	-	-	2	2	1	3	1	-	1	10
Cura Gay	-	-	1	5	-	-	1	1	1	9
Declarações Polêmicas	-	2	-	2	-	1	1	1	-	7
Eventos	-	8	4	1	2	1	1	-	-	17
Ideologia de Gênero	-	2	3	-	1	-	-	3	-	9

LGBTfobia	1	8	10	7	7	17	14	31	14	109
Literatura	-	1	-	-	-	3	1	1	-	6
Música	-	2	2	-	-	3	1	-	-	8
Nome Social	-	4	-	2	-	-	-	3	-	9
Propaganda Gay	-	3	3	4	2	3	5	7	1	28
Representatividade e Direitos	-	-	3	6	8	6	13	28	5	69
Turismo	1	2	2	-	1	2	-	-	-	8
Vulnerabilidade	-	-	1	4	2	4	10	7	1	29

A partir desse movimento, cinco acontecimentos acabaram se destacando dos demais. Não apenas pelo número de notícias encontradas, mas também por estarem presentes em praticamente todos os anos analisados. Sendo assim, os acontecimentos escolhidos para a próxima etapa da análise foram: “LGBTfobia”, com 109 notícias, aparecendo em todos os anos pesquisados; “Representatividade e Direitos”, com 69 matérias e presente de 2016 a 2022; “Vulnerabilidade”, com 29 textos entre 2016 e 2022; “Propaganda Gay”, com 28 matérias distribuídas nos anos de 2015 a 2022; e “Eventos”, com 17 notícias nos anos de 2015 até 2020.

O próximo passo, então, foi selecionar uma matéria que representasse cada acontecimento escolhido na etapa anterior. Essa ação se deu a partir de um escaneamento de todas as notícias dentro daquele acontecimento – aqui, os três termos de buscas já não eram mais relevantes. As escolhas foram tomadas a partir de interesses da autora – com referência a momentos que chamaram atenção desde o primeiro movimento de coleta das notícias para o levantamento. Ou seja, a seleção foi realizada a partir de notícias que traziam dados relevantes para a população LGBTQIA+, assuntos que se repetiam em outros anos ou pautas que se destacavam dentro do portal – por não parecerem estar atreladas a nenhum evento que estava sendo discutido pela população.

A análise foi feita por meio de um escaneamento das matérias escolhidas e, após esse primeiro momento, por um aprofundamento do enquadramento escolhido pelo jornalista – e, conseqüentemente, pelo portal – parágrafo a parágrafo. Assim como Sádaba (2007), para esta pesquisa, entende-se que analisar os enquadramentos é mais do que apenas olhar para os títulos e ler o texto. É

necessário pensar sobre o contexto em que a matéria está inserida e sobre informações mais amplas daquela situação.

Se os *frames*, que dão sentido aos fatos, são também o conteúdo latente das notícias, para descobri-los não basta analisar o conteúdo dos textos informativos, manchetes, leads ou qualquer outro mecanismo; é necessária uma leitura das notícias que remetem a contextos mais amplos³ (SÁDABA, 2007, p. 95)

Dessa forma, entende-se que, para entender os enquadramentos adotados pelo portal, faz-se necessário observar as escolhas dentro da notícia, o que aquele acontecimento gerava de discussão fora do ambiente do G1 e, também, o que as cinco notícias escolhidas dizem sobre os enquadramentos adotados pelos jornalistas ao tratar da comunidade LGBTQIA+.

Assim, cinco notícias foram escolhidas para análise. Em “LGBTfobia”, 38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz pesquisa; ‘preconceito velado’, relata mulher trans, de 2020, foi selecionada por tratar das dificuldades de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho; em “Representatividade e Direitos”, a matéria de 2019 que fala sobre a escolha da palavra do ano: ‘They’ é a palavra do ano, segundo dicionário Merriam-Webster. Em “Vulnerabilidade”, a matéria de 2020 que divulga uma pesquisa feita sobre a população carcerária no Brasil foi a selecionada: Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs; em 2019, uma matéria sobre uma praça da Bahia chamou atenção na categoria “Propaganda Gay”: ‘Pracinha dos Gays’: Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT. Por último, Transsexual ‘crucificada’ usará representação da Bíblia na Parada Gay foi a matéria escolhida para análise no acontecimento “Eventos”, e o texto é de 2016.

³ No original: “Si los *frames*, que aportan significado a los hechos, son también el contenido latente de la noticia, para descubrirlos no resulta suficiente el análisis del contenido de los textos informativos, titulares, leads o cualquier otro mecanismo; se hace necesaria una lectura de las noticias que remite a contextos más amplios”

4 ANÁLISE

4.1 Profissão: transexual

A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é o maior evento LGBTQIA+ do país e reúne pessoas de todos os estados. O G1 noticia não apenas a Parada de São Paulo, como diversos eventos LGBTQIA+ que ocorrem pelo Brasil. Na maioria das vezes, de acordo com as buscas realizadas, as matérias apenas dão o serviço desses eventos. Entretanto, alguns acontecimentos “tiram o portal da caixa” e o fazem relatar mais do que as informações básicas. Em 2015, por exemplo, Viviany Belebony desfilou crucificada na Parada daquele ano e causou controvérsia.

Figura 2 - Transexual crucificada



Fonte: Reuters/João Castellano

A partir daquele momento, o G1 realiza um movimento interessante: nos dois anos seguintes, o portal publica notícias sobre Viviany e sobre o que ela estaria planejando para a Parada LGBT de São Paulo daquele ano. Talvez isso aconteça justamente para chamar atenção para o evento e para tentar utilizar a polêmica ao redor de Viviany como uma forma de aumentar a visibilidade do site. Escolhi analisar

a notícia do primeiro ano após o momento da crucificação: *Transexual ‘crucificada’ usará representação da Bíblia na Parada Gay*. Na categoria “Eventos”, a matéria é de 2016 e aborda, em linhas gerais, a preparação de Viviany para a Parada do Orgulho LGBT, que aconteceria no dia da postagem dessa notícia, em 29 de maio.

Antes de me aprofundar no texto, realizei uma espécie de escaneamento da página para ver quais elementos me chamariam a atenção nesse primeiro olhar. Além do título e da linha de apoio, que trarei para a discussão mais à frente, a quantidade de imagens e o uso de hiperlinks foram duas coisas que se destacaram em um primeiro momento.

No total, a matéria trabalha com cinco imagens, sendo que uma delas abre o texto e a outra o fecha. Por uma questão estética, eu não gosto de uma matéria que encerre em imagem, pois fico com a sensação de que existe mais conteúdo a ser exposto ao leitor e de que não é o fim do texto. Além disso, a imagem que encerra a matéria é a de Viviany crucificada, exposta acima. Essa é a imagem que transforma Viviany em uma pessoa relevante para ser foco de uma notícia um ano após o ocorrido. Ainda assim, ela só aparece no final da notícia. Nesse sentido, o *comunicador* espera que o *receptor* (ENTMAN, 1993, *apud* GONÇALVES) já tenha uma bagagem sobre o ocorrido e que traga esse conhecimento durante todo o texto, uma vez que a imagem que “relembra” o acontecimento aparece no final da matéria como fechamento.

A imagem de abertura, por outro lado, também é usada como destaque para uma frase de Viviany. A imagem mostra o rosto da personagem de baixo para cima. Viviany não olha para a câmera. Provavelmente encara o repórter. Ao lado esquerdo, está a frase de destaque, que só aparece no quinto parágrafo do texto. Viviany está explicando como a fantasia daquele ano funcionará. Após o final das aspas, pode-se ler o nome completo de Viviany e a palavra “transexual”. Como estudante de Jornalismo, aprendi que, ao apresentar a fala de uma fonte, devo também indicar o porquê de ela ser relevante para aquele contexto. Normalmente, fazemos isso utilizando a profissão desse indivíduo. Com Viviany, isso não aconteceu dessa forma. Na apresentação dela, ao lado da frase em destaque, não foi revelada sua profissão ou nenhum outro atributo que a reconheça e lhe dê credibilidade. Viviany ser transexual pode até ser relevante para o contexto da matéria, mas não apresentar sua profissão torna-se problemático, pois o portal transforma toda a vivência de Viviany ao fato de ela ser uma pessoa transexual. É

como se todas as atitudes e decisões que ela toma fossem movidas por sua identidade de gênero. As demais imagens estão ao longo da matéria, e escreverei sobre elas em breve.

Figura 3 - Imagem de abertura da matéria



Fonte: G1/Fabio Tito

Em relação aos hiperlinks, existe apenas um no corpo da matéria, que leva aos processos que Viviany abriu por danos morais a partir dos desdobramentos ocorridos na Parada do Orgulho do ano anterior. Ainda assim, a página da notícia conta com a ferramenta "Saiba mais", presente já no início da matéria. Nela, pode-se ver cinco títulos de notícias do G1 sobre as repercussões da Parada de 2015. De todas as notícias, uma é sobre um ato contra o evento, realizado por deputados evangélicos. As quatro notícias restantes são sobre Viviany, porém nenhuma apresenta o nome dela no título.

Viviany tem seu nome apagado de todas as notícias que giram em torno do texto analisado. Ela é referida apenas como "transexual 'crucificada'". No título dessa matéria, em específico, Viviany é representada pela figura da transexual crucificada. Seu nome só aparece, pela primeira vez, na linha de apoio. O nome de

Viviany é ignorado e ela passa a ser chamada e enquadrada apenas pelos seus atos, o que Butler (2005) apresenta como “violação habitante”. A linguagem é ativada e a identidade de Viviany passa a ser relacionada ao fato de ela ser a transexual crucificada.

Além disso, há o uso da expressão *Parada Gay* para representar a Parada do Orgulho LGBT – que só aparece na linha de apoio, como sinônimo, e no primeiro parágrafo, com uma explicação do que cada letra significa. Novamente, Viviany é a transexual “crucificada”, mas a letra T, que a representa na sigla, é facilmente substituída pela palavra *Gay*. A relevância de Viviany não é suficiente para que o nome correto do evento apareça em destaque no texto.

Pela forma como o título é construído, a notícia dá a entender que a representação da Bíblia é a parte principal da fantasia de Viviany. É na linha de apoio que entendemos que a fantasia dela é, na verdade, de Justiça, com duas balanças. A representação da Bíblia, nesse caso, é apenas um acessório, uma crítica à Bancada Evangélica, como será descrito mais tarde no texto.

A matéria mescla informações sobre Viviany e sobre a Parada que irá acontecer naquele ano. Os parágrafos são curtos e existe apenas um intertítulo. Na primeira parte do texto, há três fotos de Viviany: a primeira, com a frase em destaque, uma que mostra Viviany segurando o desenho da fantasia e outra em que ela parece estar em seu quarto.

Na segunda imagem, Viviany segura uma folha de papel, em que pode-se ver uma pessoa com roupas douradas e duas balanças, representando a Justiça. A legenda é explicativa e nela se lê: *Viviany Beleboni mostra o desenho da fantasia com Bíblia que usará na Parada LGBT*. Ainda que na legenda apareça a palavra *Bíblia* atrelada a fantasia de Viviany, a representação não aparece no desenho. Dessa forma, nota-se que a parte principal da fantasia é a representação da Justiça amordaçada pela Bancada Evangélica. A Bíblia, nesse caso, fica em segundo plano – mesmo que não seja isso que a legenda dê a entender.

Antes do intertítulo, há mais uma imagem de Viviany. Ela posa para a foto no que parece ser seu quarto. Na legenda lê-se: *Viviany Beleboni, transexual ‘crucificada,’ em 2015, usará ‘Bíblia’ em 2016*. Novamente, Viviany é atrelada a performance do ano anterior e a Bíblia aparece como parte principal da fantasia de 2016. Porém, pela primeira vez, a palavra Bíblia aparece entre aspas, mostrando, na legenda, que Viviany utilizará uma representação, e não o símbolo religioso real.

No quarto e quinto parágrafos do texto, existe uma explicação um pouco mais detalhada do que será a fantasia de Viviany. O quinto parágrafo é, inclusive, apenas uma fala de Viviany sobre a fantasia. Aqui, percebe-se que a Bíblia é apenas um acessório da fantasia e não sua parte principal. Viviany a usa para representar a Bancada Evangélica – que impede projetos de lei para a comunidade LGBTQIA+ – e não o símbolo religioso. Antes de finalizar a primeira parte do texto, ainda há uma fala de Viviany que confirma que ela não pretende atacar nenhuma religião. No entanto, a linguagem que antecede essa fala é curiosa. A jornalista utiliza a expressão *vilipendiar objeto de culto religioso*. De acordo com o dicionário Michaelis, vilipendiar é um verbo que significa “tratar (algo ou alguém) com vilipêndio; desprezar¹”. A escolha difere de todo o resto do texto, que utiliza uma linguagem simples. Ao final, Viviany justifica: “*A cruz foi feita em uma marcenaria, eu usei algo para simbolizar a cruz. Eu vou usar uma bíblia que é um fichário, não é abençoado. É tudo material artístico, é representativo. Não tem nada de escárnio*”. Novamente, Viviany defende que a Bíblia serve para representar a Bancada Evangélica. Ainda assim, o símbolo da Bíblia já está naturalizado no imaginário e não pode ser modificado (SÁDABA, 2007). Dessa forma, mesmo que Viviany se justifique e deixe claro que sua intenção é representar a Bancada Evangélica, a matéria destaca, praticamente o tempo todo, a utilização da representação de um símbolo religioso.

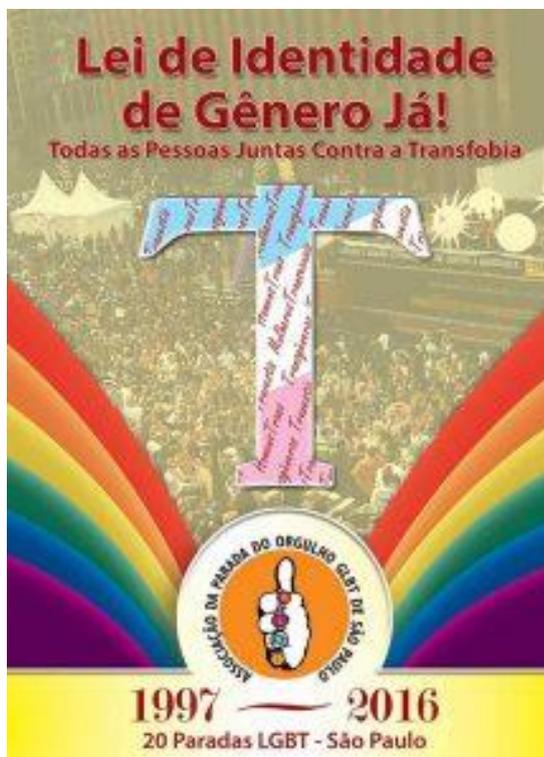
A segunda parte do texto aparece representada pelo intertítulo *Parada Gay 2016*. Novamente, é usado o nome equivocado do evento e essa escolha parece ser consciente, uma vez que, anteriormente, já foi utilizado o nome oficial: *Parada do Orgulho LGBT*. A partir desse momento, o texto muda de foco e passa a apresentar o serviço do evento, como os horários e as atrações. Outros personagens começam a aparecer como fontes da matéria, mas eles não são contextualizados. Outro ponto a ser analisado é que, em duas ocasiões, a jornalista toca no tema da Parada, mas não descreve qual é o tema oficial em nenhum momento.

No 11º parágrafo, logo após o intertítulo, podemos ler “*A Parada LGBT comemora 20 anos com o objetivo de ‘dar visibilidade do segmento T, que engloba travestis e homens e mulheres trans’, segundo Fernando Quaresma, presidente da Associação da Parada de Orgulho LGBT*”. Temos uma fala de uma pessoa que

¹ Significado encontrado em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vilipendiar>. Acesso em: 24 de abril de 2022

aparece pela primeira vez no texto, e é esta fonte que explica o tema. Ainda assim, a temática oficial não aparece em nenhum momento do texto.

Figura 4 - 20ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo



Fonte: Reprodução/Museu da Diversidade Sexual²

A partir desse intertítulo, Viviany não é mais a personagem principal do texto e passa a aparecer apenas nas duas imagens restantes. A última, que já foi mencionada, é uma foto da Parada de 2015, onde se vê Viviany “crucificada”, e há uma segunda foto de Viviany no quarto. Nessa, a legenda se repete: *Viviany Beleboni, transexual ‘crucificada,’ em 2015, usará ‘Bíblia’ em 2016*. Além de parecer fora de contexto, uma vez que Viviany não é mais o foco da narrativa nesse ponto da matéria, a legenda repete a mesma informação da imagem anterior, reforçando o uso do símbolo religioso na fantasia de Viviany.

Visivelmente, a matéria é dividida em dois grandes tópicos: Viviany e a fantasia e as informações sobre a Parada do Orgulho LGBT de 2016. Viviany parece servir de gancho para apresentar o evento. Esse enquadramento é episódico, já que

² Tema da 20ª Parada do Orgulho LGBT: Lei de Identidade de Gênero Já! Todas as Pessoas Juntas Contra a Transfobia. https://artsandculture.google.com/story/cartazes-da-parada-do-orgulho-lgbt-de-s%C3%A3o-paulo/JQURz-K2ES_XKA. Acesso em: 24 de abril de 2022

descreve um acontecimento (a Parada do Orgulho LGBT) e centra as informações, em um primeiro momento, na protagonista (Viviany Beleboni).

O Jornalismo não é neutro (SILVA, 2014). A matéria sobre Viviany seleciona e enfatiza (GITLIN, 2003) acontecimentos que podem gerar controvérsia, ao mesmo tempo que escolhe excluir e ignorar (LOURO, 2002, *apud* SILVA, 2014) o nome de Viviany em momentos chave para o texto. Ao ignorar Viviany e a classificar como a transexual “crucificada”, a notícia produz uma narrativa que impõe um determinado comportamento para Viviany. É por meio desse discurso que a performatividade (BUTLER, 2005) da personagem vem à tona. Viviany não pode ser uma artista na Parada LGBT de São Paulo. Ela é a transexual que gerou um grande acontecimento na sociedade por estar “crucificada”. Portanto, essa performatividade se faz relevante e traz Viviany novamente para a mídia, pois espera-se uma reafirmação de seu papel polêmico. Ainda que a fantasia de 2016 seja sobre Justiça, a escolha da linguagem do portal remete à controvérsia, vira os holofotes para a representação da Bíblia e demonstra uma expectativa de que Viviany repita um comportamento esperado para ela.

4.2 Gay, povo animado

Na Bahia, uma praça chamou a atenção do G1. Em 2019, o portal resolve noticiar uma praça recém reformada de Madre de Deus – município da região metropolitana de Salvador. Assim como no capítulo anterior, a movimentação para essa análise foi a de, em um primeiro momento, escanear o *layout* da página e, depois disso, me aprofundar no conteúdo disponibilizado.

‘Pracinha dos Gays’: Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT pode até parecer uma matéria inusitada a partir do título, mas a surpresa logo passa ao correr os olhos pela data da postagem. Ao entrar no link pela primeira vez, ainda no processo de levantar as notícias do Portal, minha reação inicial foi soltar um grande suspiro e pensar: é óbvio que uma notícia desse tipo seria publicada em junho. Junho é considerado o Mês do Orgulho LGBTQIA+, escolhido para celebrar a Revolta de Stonewall. A rebelião é conhecida como o marco inicial do movimento LGBTQIA+ e começou a partir de uma invasão policial ao Stonewall Inn, bar LGBTQIA+ de Nova Iorque. Desde então junho é reconhecido como o *Pride*

Month e, no dia 28 desse mês, comemora-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, por ser a data da invasão ao Stonewall Inn.

Por isso, é comum que o mês de junho seja regado de notícias e publicidades com foco na comunidade LGBTQIA+. A matéria analisada não foi publicada em qualquer dia do Mês do Orgulho, ela foi ao ar no dia 28 de junho – o que já demonstra um enquadramento específico: trazer para o debate público um acontecimento que envolve a temática LGBTQIA+. Ao trazer esse tipo de temática no Mês do Orgulho, o portal não se silencia e se apoia em uma imagem de aliado da causa, pois traz notícias que tentam remeter a uma ideia de representatividade.

A partir daí, a matéria toma forma e começa a trazer, no discurso, conceitos do senso comum sobre a comunidade LGBTQIA+. O site traz quatro imagens para essa notícia. Seguindo o padrão da análise anterior, uma imagem abre o texto e outra o encerra. Ainda há um link para um conteúdo no Instagram, mas há um aviso mostrando que ele foi removido. Todas as imagens são da praça, mas mostram diferentes ângulos. A legenda é a mesma nas quatro fotos: *'Pracinha dos Gays', na cidade de Madre de Deus, na Bahia*. O site conta com apenas um hiperlink, em formato de tópico, mas que não dialoga com a matéria principal. O link leva para uma matéria sobre as comemorações da comunidade LGBTQIA+ da Bahia no Dia Internacional do Orgulho. Não há intertítulos, e a notícia é construída em 10 parágrafos – além de contar com três destaques que não aparecem no decorrer do texto, mas dialogam com ele.

Na primeira vez em que me sentei para analisar essa matéria, as imagens não carregaram, devido a um problema na minha conexão, o que deu outro sentido à minha percepção do texto e à sua relação com as imagens. Por isso, resolvi trazer minhas observações fazendo esse mesmo movimento: primeiro, vou me aprofundar no texto e em seus conteúdos e, no final, trarei a descrição da praça e motivo para ela ser considerada a *'Pracinha dos Gays'*.

A começar pelo título e pela linha de apoio, entende-se que a Pracinha é *'dos Gays'* por ser inspirada na *"temática LGBT"* e a explicação do que isso significa está na linha de apoio: *"Cores da bandeira do movimento estão nos bancos e no coreto construídos no local"*. Logo, percebe-se que a representatividade da *"Temática LGBT"* está nas cores usadas para pintar a praça. O imaginário popular é construído por meio de interações entre as pessoas. Logo, o significado de algo é um produto social (SÁDABA, 2007). Se a bandeira LGBTQIA+ é colorida, todos os outros

objetos presentes no cotidiano que levam as cores do arco-íris estarão relacionados com esta comunidade.

Além disso, mais uma vez, uma matéria do Portal usa “LGBT” como sinônimo de “Gay” – está sendo a palavra usada na primeira oportunidade. No texto, “gay” é usado com letra maiúscula, como se fosse nome próprio, e parece representar toda a comunidade LGBTQIA+. É como se todas as identidades que são representadas pela sigla pudessem ser diminuídas e encaixadas em *Gay*. Até mesmo quando o G1 utiliza a sigla ao invés da palavra “gay”, ele usa apenas “LGBT” – que não é a sigla completa e, mesmo que seja uma escolha melhor, não representa toda a diversidade de corpos e de identidades presente na comunidade.

O primeiro parágrafo da matéria explica qual o lema adotado na praça: ‘*Mais amor, respeito e batata frita*’. Em nenhum outro momento do texto, essa frase aparece, e não há uma explicação sobre essa escolha. A primeira parte faz referência a comunidade LGBTQIA+, que constantemente pede por respeito. Porém, ao utilizar a palavra *batata frita*, o lema parece perder sua importância e contém um tom irônico que pode descaracterizar a luta por direitos da comunidade.

No decorrer do texto, o leitor fica sabendo que a escolha do nome da praça se deu por meio de uma votação on-line feita com a população do município. Também fica explícito que o ambiente é utilizado para fomentar assuntos da comunidade LGBTQIA+. E isso vem reforçado por uma frase do jornalista: “*Não é à toa, que o colorido está por toda a parte*”. Entende-se, com isso, que o ambiente só é utilizado para dialogar com esse grupo porque é colorido. Será que, se tivesse sido reformada com outras cores, a praça não abrigaria essas temáticas? Ou, ainda, só pode-se falar sobre assuntos da comunidade LGBTQIA+ dentro dessa praça e em mais nenhum outro lugar? Ao relacionar as cores à comunidade, o jornalista – e, mais profundamente, o governo da cidade – apoia a segregação das identidades e uma regulamentação de corpos divididos entre a “normalidade” e a “perversidade”.

Ainda sobre a escolha do nome da praça, o texto traz dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre o território e sobre a população da cidade, mas isso acontece em um parágrafo que não parece conversar com as outras informações da notícia. Logo, essa informação parece descontextualizada, uma vez que não é mostrada ao leitor a quantidade de votos recebidos no total para que se relacione com a quantidade de moradores do município.

Depois da introdução sobre a praça e sobre a escolha do nome, no parágrafo sete, o jornalista apresenta a primeira e única fonte da matéria: o prefeito da cidade. É nesse parágrafo, também, que é mostrado ao público que o nome da praça gerou controvérsia – provavelmente por causa de as cores remeterem à comunidade LGBTQIA+, mas isso não ficou explícito. Porém, o prefeito não toca nesse assunto em nenhuma de suas falas. Ele apenas tece elogios para o lugar. Inclusive, no primeiro destaque do texto, que vem logo após o parágrafo de introdução da fonte, Jeferson Andrade – o prefeito – faz uma escolha de palavras interessante. Ele acentua: *“Existe sempre os debates de quem concorda e quem discorda, afinal vivemos em um país que ainda é muito marcado pela **rigoriedade**, mas a praça agradou grande parte da população. Apesar de ser uma das menores, a praça é uma das mais movimentadas da cidade. As pessoas criaram um sentimento de pertencimento”*. Ao levar em consideração o fato de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo³, escolher utilizar a palavra “*rigoriedade*” ao invés de “conservadorismo” ou “preconceito”, o prefeito (e o jornalista que escolheu esse destaque) apaga um histórico violento contra a comunidade que ele defende durante a matéria.

Da apresentação do prefeito como fonte até o final dessa notícia, o jornalista mescla os parágrafos com os destaques de Jeferson. Ainda que sejam construídos, visualmente, como destaques, as falas do prefeito dialogam com os parágrafos e não são encontradas em outras partes do texto. Jeferson, como única fonte, apenas fala dos aspectos positivos da praça e dos projetos de seu governo. Em mais de um momento, a matéria fala sobre os projetos que a prefeitura realiza em prol da comunidade LGBTQIA+. Porém, nenhum desses projetos é citado durante o texto.

Em um dos destaques de Jeferson, ele explica que a ideia de usar as cores da bandeira LGBTQIA+ serve para dar visibilidade à comunidade: *“É uma praça para que se torne visto, tornar público, a liberdade de expressão das pessoas LGTBs... cutucar a sociedade para que respeite”*. Ainda que seja interessante falar sobre liberdade de expressão, a matéria não se aprofunda nas ações que “cutucam a sociedade” nesse sentido. Dessa forma, entende-se que somente a reforma seja o que está “cutucando a sociedade”. Em outro momento, o prefeito comenta que a

³ Segundo reportagem realizada pelo Brasil de Fato. <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 27 de abril de 2022

juventude da cidade frequenta a praça e “abraçou a ideia de homenagear a liberdade de orientação sexual”. Mas o que seria uma homenagem à liberdade de orientação sexual? Pintar a praça com as cores do arco-íris e vê-la ocupada demonstra que a população aprovou a reforma e que pode até ser uma aliada da comunidade LGBTQIA+, mas não é suficiente. Sem aprofundar-se em projetos que realmente favoreçam esse grupo, a matéria termina com a sensação de que o mundo, hoje, é melhor, porque uma praça da Bahia foi reformada.

Depois de toda essa discussão, chega a hora de entender como a “*Pracinha dos Gays*” obteve esse nome e de como ela ficou após a restauração da prefeitura. As imagens são todas muito similares. É possível ver que, em 2019, as cores do arco-íris, inspiração principal para o nome da praça, são usadas apenas nos bancos – que não são muitos, de acordo com as imagens. No coreto, está escrito o lema da praça, mas as cores não representam nenhuma bandeira do movimento LGBTQIA+. Elas deixam apenas a sensação de um ambiente colorido. Além disso, na última imagem, que fecha o texto, vemos pessoas ocupando os espaços da praça à noite. Talvez seja um dos eventos que a prefeitura sinaliza que realiza para discussão da temática, mas não é possível ter certeza disso, pois as legendas se repetem e não dão detalhes sobre o que está acontecendo.

A notícia tem apenas uma fonte: o prefeito de Madre de Deus, Jeferson Andrade. Ainda que seja a única fonte, o nome de Jeferson aparece apenas uma vez. Não há falas de frequentadores e nem de moradores – sejam eles contra ou a favor da praça. O foco do texto é na praça e em suas cores – como pode ser percebido com o não aprofundamento das atividades realizadas pela prefeitura no local. Por isso, o jornalista não viu necessidade de trazer mais vozes para o texto – ainda que isso seja importante para mim enquanto leitora. Jeferson comenta apenas sobre uma vez em que houve controvérsias durante a votação e implementação do nome da praça. Além de não aprofundar o tema, ele escolhe não usar palavras “fortes” e apenas tece elogios à iniciativa e a seu próprio governo.

Novamente, a relação entre símbolo e significado se faz presente nesse texto. A praça só é “*dos gays*” porque é colorida. A população associa as cores à temática LGBTQIA+ e conclui quem é o público do local. Isso fica evidente na votação feita para a população. Entre as opções: “Vale das Cores”, “O Vale” e “Pracinha dos Gays”, o mais votado e, portanto, o nome escolhido para a praça é aquele que claramente faz referência à comunidade LGBTQIA+. Ainda que as demais

alternativas insinuem esse mesmo significado, só uma utiliza uma das palavras presentes na sigla.

Há, também, um receio em utilizar a sigla “LGBT” e outras palavras que remetam a esse sentido, nesse caso, à palavra “Gay”. O jornalista parece se esquivar do uso desses nomes e acaba utilizando sinônimos curiosos como “temática”, “movimento” ou “causa social” – sem especificar que temáticas, movimentos e causas são esses. Em vários momentos “LGBT” ou “Gay” – mesmo que não abrangente – poderiam ter sido usadas para melhor descrever a narrativa. Um momento que marca essa ação do jornalista é quando ele explica que a praça é aberta para todos os públicos: “O prefeito ressalta ainda que, **mesmo com o nome que tem**, a praça é aberta para toda a população”. Nessa construção, o repórter dá a entender que a praça, por ser “dos gays”, segrega. Nas palavras de Jeferson, há tanta “rigoriedade” no país que é necessário explicar para a população que frequentar a praça não a fará LGBTQIA+. A sexualidade não existe sem poder e, ao escolher “esconder” a sigla do movimento e utilizar sinônimos, a matéria reforça um poder implícito. Um poder que produz, demarca, circula e diferencia os corpos (BUTLER, 2005) dos moradores e dos frequentadores da praça em Madre de Deus. Essa narrativa, ainda que provavelmente construída como uma forma de exaltar os avanços na luta da comunidade LGBTQIA+ no *Pride Month*, escancara, também, como a sexualidade é vista como um entretenimento, pois trata-se de uma praça colorida que representa identidades LGBTQIA+, mas que não tem “poder para rearticular os termos da lei em vigência” (BUTLER, 2005).

4.3 Militou toda

Todos os anos, diversos dicionários escolhem e divulgam as “Palavras do Ano”. O critério de decisão normalmente se dá por meio de uma análise de dados das palavras mais buscadas durante o ano naquele determinado dicionário. Esse evento acaba se tornando notícia, porque a palavra mais pesquisada, de alguma forma, representa os maiores acontecimentos do ano. Dessa forma, mostra que a população, ao pesquisar pelos termos, encontrou relevância nos episódios que se relacionam com as palavras do ano.

No final de 2019, o G1 publica um texto com esse objetivo: *‘They’ é a palavra do ano, segundo o dicionário Merriam-Webster*. A notícia é curta, uma vez que a

informação principal já pode ser encontrada no título e não há muito mais a ser aprofundado. Ela utiliza duas imagens, uma delas antes do único intertítulo e outra ao final da matéria – como já observamos, algo padrão para o portal. Há o uso de apenas um hiperlink, que será analisado mais profundamente em breve.

O título, como já reparado, contém a informação mais relevante do texto. O único ponto a ser relatado é do uso da palavra em inglês: *They*. Na maioria das notícias sobre a “Palavra do Ano”, as palavras são, de fato, escolhidas em inglês, mas, nos títulos e ao longo da matéria, é usada a tradução em português. Nesse caso, entendo que utilizar o pronome em inglês faça mais sentido, já que traduzir para eles/elas não mostraria que o pronome em inglês, além desta tradução, é neutro. Ainda assim, em nenhum momento do texto isso é especificado, o que poderia aproximar o leitor que não fala o idioma.

A linha de apoio surpreende – é a maior dentre as cinco matérias analisadas. Há uma explicação sobre o uso do pronome *They*, que é usado no plural para se referir tanto a homens quanto a mulheres ou para quem se identifica como não-binário. Nesse momento, a expressão não-binário aparece entre aspas, como se precisasse ser parafraseado por alguém para que ganhe credibilidade. Segundo o próprio dicionário Merriam-Webster, não-binário se refere a “uma pessoa que se identifica com ou expressa uma identidade de gênero que não é nem inteiramente masculina, nem inteiramente feminina⁴”. Ou seja, a identidade de gênero dessas pessoas não se limita ao masculino ou ao feminino e, por isso, se percebe a necessidade de usar um pronome neutro. Também é explicado como a escolha das palavras é feita pelo Merriam-Webster: por meio de uma análise de dados com as palavras que tiveram o maior número de buscas durante o ano. Em seguida, ainda na linha de apoio, há uma tentativa de justificar como o pronome teve tantas pesquisas em 2019: após declarações de celebridades.

Os primeiros três parágrafos do texto são construídos sem nenhuma informação nova para o leitor: apenas explicam qual foi a palavra do ano pelo dicionário, o que ela significa e como foi feita essa escolha – tudo o que já havíamos encontrado na abertura do texto. Inclusive algumas frases são exatamente iguais às

⁴ Definição retirada do inglês: “[...] a person who identifies with or expresses a gender identity that is neither entirely male nor female”. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/nonbinary>. Acessado em: 30 de abril de 2022.

que estão na linha de apoio. Porém, dessa vez, ao usar o termo não-binário, ele não vem seguido de aspas.

O texto tem apenas uma fonte, a editora sênior do dicionário, Emily Brewster. O G1 não conversou diretamente com ela. O trecho é retirado de um comunicado – mas não existe um link sobre onde encontrá-lo na íntegra. Emily explica que os pronomes, assim como alguns verbos de ação, são palavras muito usadas no idioma e, por essa familiaridade, acabam sendo ignoradas no dicionário. Ainda assim, existiu um pico muito grande nas buscas pelo pronome *They* e, por isso, ele foi escolhido como palavra do ano. Nesse comunicado, a editora explica que as buscas aumentaram porque as pessoas estavam vendo o seu uso relacionado a identidades não-binárias – nesse momento, não-binário aparece entre aspas novamente.

A matéria também traz uma lista com os meses em que houve o aumento de buscas pelo termo e que eventos levaram a isso – como uma forma de validar esse acontecimento. Janeiro, abril, junho e setembro tiveram episódios que despertaram a curiosidade – e dúvida – das pessoas com relação ao pronome neutro. Em janeiro e em abril, duas declarações foram gatilho para as pesquisas: a Paris Fashion Week contou com a presença da modelo não-binário Oslo Grace e, em abril, uma congressista norte-americana falou que o filho não seguia as regras de gênero. Já em junho, mês do Orgulho LGBTQIA+, também houve um aumento no número de buscas.

Neste tópico, o portal utiliza a palavra *Pride* – e depois a traduz para Orgulho, o que não acontece em nenhum momento com *They*. Ao referir-se à comunidade LGBTQIA+, o G1 utiliza a sigla LGBTQI+ e a abre para explicação de uma maneira interessante. A letra Q, que, como já vimos, significa *queer* – palavra que foi ressignificada e que representa as teorias que fundamentam este trabalho – foi entendida, pelo portal, como “*queer ou questionando*”. Novamente, a matéria lida com questões LGBTQIA+ duvida de sua importância ou de sua veracidade. Primeiro, ao trazer o termo não-binário entre aspas e, agora, ao escolher definir o Q, da sigla, como *questionando* – essa expressão, dentro da comunidade, não é utilizada, sendo a letra entendida apenas como *queer*. Logo após, no último pico de buscas, a matéria traz a declaração do cantor Sam Smith, que se declarou não-binário naquele ano. No entanto, a escolha de palavras para expressar esse acontecimento também mostra uma falta de conhecimento sobre o assunto tratado. “*Em setembro, o cantor e compositor Sam Smith **declarou ter se tornado** ‘não-binário’ e pediu para ser*

tratado pelo pronome ‘they’”. Essa construção, conforme já vimos em Butler (2005), cria a expectativa de que o cantor refletiu sobre a sexualidade que ele assumiria naquele momento. Assimila-se, portanto, que a sexualidade e a identidade de gênero são escolhas bastante refletidas – o que, sabemos, não é (BUTLER, 2005). A primeira parte da matéria se encerra com uma imagem de Sam Smith no Lollapalooza de 2019.

Em um segundo momento, a matéria traz o intertítulo: *‘Emergência climática’*. A partir daqui a matéria toma outro rumo e divulga a Palavra do Ano de outro dicionário, o Oxford. Brevemente, o portal explica como essa escolha foi feita e quais foram as palavras dos anos anteriores – talvez fazendo uma comparação com as do Merriam-Webster. Há um hiperlink – o único da matéria – que leva para a notícia sobre o Dicionário Oxford.

Em comparação ao texto analisado, a matéria sobre a Palavra do Ano do Oxford difere em vários aspectos da do dicionário Merriam-Webster. Começando pela própria definição: em nenhum momento há a definição de *They* segundo o dicionário – o que não acontece com a expressão “emergência climática”. Além disso, existe um intertítulo dedicado a explicar como é realizada a escolha da Palavra do ano do Oxford. Isso não acontece no Merriam-Webster, por exemplo. O que vemos é uma breve explicação sobre os picos de busca. É possível encontrar as palavras escolhidas no ano anterior pelo Oxford e o link para cada uma das notícias sobre o assunto. Além disso, há algumas menções a outros dicionários ou jornais que escolheram expressões semelhantes para representar 2019, mas nada que tire o destaque da notícia principal: a Palavra do Ano do Oxford.

Ao dedicar um intertítulo para a escolha de outro dicionário, é impossível que o leitor não faça uma comparação entre ambos. Dessa forma, parece que há um desmerecimento da Palavra do Ano do Merriam-Webster, como se pudesse existir uma palavra mais relevante. Esse processo fica mais claro ao entrar na notícia do Oxford e perceber que esse movimento (o de dar ênfase a outros dicionários) não acontece. Também não existe uma informação clara sobre como é feita a escolha das palavras do Merriam-Webster. Apenas citam o pico de buscas e parecem “colocar a culpa” nas celebridades. Ainda que haja uma tentativa de trazer a representatividade para o portal, ao falar sobre identidades não-binárias, é visível a falta de informações ao construir a notícia. Mesmo que involuntariamente, a matéria transparece uma ideia de que a sexualidade é uma escolha. Uma escolha tão

racional quanto interagir com um banco de dados e realizar a escolha da Palavra do Ano.

4.4 Só tem bicha no presídio?

Durante o levantamento de notícias do G1, principalmente nos últimos anos pesquisados, diversas notícias começaram a se sobressair. Ao coletar as matérias, percebe-se o aumento do interesse do portal em divulgar informações sobre a população carcerária LGBTQIA+ no Brasil. Uma dessas notícias relata um levantamento sobre o déficit de vagas no sistema prisional. Ainda que publicado em fevereiro de 2020, o levantamento reúne dados de janeiro a junho de 2019. Essa pesquisa mostrou a falta de alas exclusivas para pessoas LGBTQIA+, e é sobre isso que trata a matéria *Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs*.

A matéria não trabalha com nenhuma imagem e termina em um vídeo. Esse vídeo não está disponível, a mensagem de erro mostrada diz que ele é exclusivo para assinantes. Por conta dessa restrição de acesso, não há evidências sobre se a matéria é um complemento do vídeo ou uma transcrição. De qualquer forma, pela análise aqui empreendida, pode-se concluir que o conteúdo disponibilizado no portal é raso. A notícia tem apenas dez parágrafos curtos divididos em um intertítulo. Há dois hiperlinks, um dentro do segundo parágrafo e outro em forma de tópico, que não parecem dialogar com a matéria. Ainda assim, os dois links direcionam o leitor para a mesma matéria – uma explicação do levantamento sem o recorte da população LGBTQIA+ publicado no mesmo dia do texto analisado.

O título carrega a informação principal da matéria – que deve ser desdobrada e aprofundada nos parágrafos que seguem. Ainda que a porcentagem seja baixa para alas LGBTQIA+ em cadeias no país, o título não é construído de forma negativa. O número é apenas dado ao leitor do jeito mais imparcial possível. Não há um “**apenas** 3% das cadeias possuem alas exclusivas”, por exemplo. A linha de apoio complementa o título – 36 presídios têm esse tipo de setor. Porém, nem aqui, nem no decorrer da matéria, é mostrado o número total de cadeias no país – ou, pelo menos, as que estão inseridas nesse levantamento. Dessa forma, é mais complexo comparar e quantificar o que esse número representa.

Ainda que verificado que o título não traz uma construção negativa em relação aos números do levantamento, a situação muda a partir da abertura do texto. Os dois primeiros parágrafos não trazem nenhuma informação nova. Apenas repetem, com outras palavras, as informações já expostas no título. Dessa vez, a construção ao redor da porcentagem é diferente: “*Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) divulgados nesta sexta-feira (14) mostram que só 3% das cadeias brasileiras têm alas exclusivas para presos que se declaram lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)*”. Ao utilizar “só”, o comunicador enfatiza ao receptor que este número não é positivo e, por meio desse ponto, entende-se a necessidade do desenvolvimento do levantamento e a sua divulgação no G1.

Ainda nessa mesma frase, há a abertura de duas siglas: “Infopen” e “LGBT”. Além de escolher abrir a sigla “LGBT”, é curiosa a escolha dela para o texto. De todas as suas variações, “LGBT” é a sigla mais comum e simples para representar a comunidade LGBTQIA+. A maioria das pessoas entende o que significa cada letra dessa sigla, pois todas as outras variações começam com essas quatro letras. Ainda assim, os comunicadores ignoram a cultura do receptor e adicionam uma explicação no seu texto (ENTMAN, 1993, *apud* GONÇALVES, 2005). Essa mesma notícia, mais tarde, irá trocar, sem nenhuma explicação, de sigla. Passará a usar “LGBTI” e, dessa vez, não explicará o que cada letra significa. É curioso, porque “LGBT” já está no imaginário da população – que a associa facilmente a pessoas, cores, objetos ou preconceitos. Porém, o “I” da sigla não é tão comum e pode gerar dúvida por não ter sido esclarecido. Além disso, vale lembrar que a publicação desse texto foi feita em 2020. Das cinco matérias escolhidas para serem analisadas, as duas mais recentes, além dessa, são de 2019 e de 2020 – que é a que será analisada a seguir. Elas já utilizam a sigla “LGBTQI+”. Isso mostra que o G1 não tem um padrão de linguagem para tratar sobre a comunidade.

Ainda no início do texto, o leitor recebe a informação de que 7% das cadeias possuem celas exclusivas, porém não há uma explicação sobre a diferença entre ter uma cela e uma ala para a comunidade LGBTQIA+. “*Segundo o Infopen, outros 7% das cadeias brasileiras (99) possuem cela exclusiva para a comunidade LGBT. A maioria dos presídios (90%) não têm cela, nem ala destinada ao público*”. Os comunicadores resolvem quantificar os 7% – que representam 99 cadeias no país –, mas não fazem o mesmo quando falam dos presídios que não têm celas ou alas

para a população LGBTQIA+. Novamente, o leitor não sabe o número total de cadeias presentes nesse levantamento.

A matéria conta com apenas uma fonte, além dos dados: Fabiano Bordignon, diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Fabiano também é a única fonte da notícia cujo hiperlink pode ser encontrado duas vezes nesse texto. As aspas do diretor geral parecem um pouco irrelevantes: “*O Depen tem uma preocupação logicamente com toda a população carcerária, não é diferente com essa população também*”. A fala parece ter sido transcrita para o texto exatamente como foi dita na entrevista, sem nenhuma edição. Além disso, ela não traz nenhuma informação nova ou relevante para o assunto tratado no texto. É obrigação do órgão responsável pela população carcerária ter uma preocupação com os presos independentemente de identidade de gênero. Logo, a fala de Fabiano não agrega à matéria e poderia ser apagada sem fazer diferença no resultado do texto.

Ainda que haja informações sobre a quantidade de alas e de celas para a população LGBTQIA+, não existe nenhum dado sobre a quantidade de presidiários que se consideram LGBTQIA+. A população carcerária, assim como a LGBTQIA+, é ignorada. Ao juntar esses dois grupos, é esperado que a sociedade vire seus olhos e não se preocupe com a falta de informações. O governo parece escolher ignorar (LOURO, 2002 *apud* SILVA, 2014) os problemas enfrentados por eles. Se não há dados, não há políticas públicas – o que justifica a baixa quantidade de espaços para essa população.

Na segunda parte da matéria, é apresentada para o leitor a existência de uma nota técnica sobre o tratamento de pessoas LGBTQIA+ dentro dos presídios do país. A nota, segundo a notícia, tem instruções de como abordar essa população e de como garantir seus direitos. Porém, não é divulgado onde encontrar essa nota, nem recebemos nenhum detalhe sobre as instruções. As informações parecem relevantes, mas, em nenhum momento, são aprofundadas. “*De acordo com o Depen, as normas são baseadas em jurisprudências nacionais e internacionais, como a resolução nº 1 do Conselho Nacional Política Criminal e Penitenciária, nos Princípios de Yogyakarta e na Lei de Execução Penal*”. O texto inicia explicando o significado de “LGBT” – uma sigla comum –, mas, quando se trata de legislação e de jurisprudência – como no trecho acima – os comunicadores não consideraram relevante esclarecer esses termos ou, no mínimo, inserir hiperlinks com mais

informações. Dessa maneira, o texto dá a entender que o receptor já deveria saber sobre todos esses pontos – o que não é o caso.

A matéria falha em alguns pontos. Em nenhum momento é explicada a importância de se ter celas ou alas separadas para a população LGBTQIA+. Também não há mais informações sobre o levantamento, e não é possível encontrar, no texto, um hiperlink que direcione o leitor para os dados na íntegra. O enquadramento da matéria é episódico, uma vez que foca apenas no acontecimento (divulgação do levantamento) e não se aprofunda em nenhum tópico. O texto trabalha apenas com os dados e com a vulnerabilidade da comunidade – enfatiza que a falta de alas é algo negativo, por exemplo –, mas não traz nenhuma informação que mostre a relevância de políticas públicas para a área. Falha, também, ao não problematizar a falta de dados sobre a população LGBTQIA+ carcerária. Quando fala da nota técnica, por exemplo, enfatiza o tratamento com respeito e a importância do acesso à saúde. Entretanto, esse não seria um direito de todos? Ao destacar isso para a população LGBTQIA+, parece que não está lidando com uma informação básica. Ao construir frases assim, o texto reforça a heteronormatividade. Eles precisam enfatizar o respeito pela comunidade LGBTQIA+, pois esses são vistos como anormais e *queers*. Logo, entendem que não é óbvio que esse tratamento é direito de toda a população carcerária.

4.5 Até tenho colegas de trabalho que são

O G1 noticia diversos casos de LGBTfobia. Desde assassinatos – e os desdobramentos das investigações – até a divulgação de leis que, de alguma forma, ferem o direito de grupos minorizados. Durante os oito anos pesquisados no levantamento, algumas notícias pareciam se repetir. Não porque se tratava da mesma situação retratada de ângulos diferentes, mas porque mostravam acontecimentos que, ano após ano, seguiam sem solução – seja por falta de políticas públicas ou por falta de conscientização da população. Um desses acontecimentos é a falta de oportunidade para pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Em 2020, um levantamento feito por uma consultoria de engajamento foi o gatilho para mostrar as dificuldades de diversas pessoas ao conseguir emprego. A reportagem, *38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz*

pesquisa; ‘preconceito velado’, relata mulher trans, descreve um pouco do levantamento e traz fontes que concretizam os dados da pesquisa.

O texto traz apenas um hiperlink, que dá mais informações sobre a criminalização da LGBTfobia – enquadrada no crime de racismo –, e encontramos, ao longo do texto, um tópico que leva a uma notícia sobre um ator LGBTQIA+ que empreendeu durante a pandemia, mas isso não dialoga com a matéria. A notícia tem cinco imagens, sendo uma delas uma foto de uma carteira de trabalho e uma bandeira LGBTQIA+ e as quatro restantes são fotos das fontes. Nenhuma legenda se repete, e todas trazem informações complementares às encontradas no texto. Por fim, nesse primeiro escaneamento, é possível perceber o uso de três intertítulos e seis destaques – falas das fontes que dialogam com os parágrafos e que não são encontradas em outras partes do texto.

O título da matéria traz a informação principal para o leitor e dá um breve resumo do que será encontrado nas linhas seguintes. Porém, ele não entrega tudo o que está na notícia e nem detalha as informações para que o leitor se engaje com o título e siga lendo. Além de trazer o dado principal da pesquisa – que 38% das empresas têm restrições para contratar pessoas LGBTQIA+ - já nos é apresentada a primeira fonte humana: a *mulher trans* que confirma o preconceito na contratação de pessoas desse grupo minorizado. A linha de apoio dialoga bem com as informações presentes no título, mostra o nome do projeto que realizou o levantamento e traz outros dados que serão detalhados ao decorrer da notícia.

A matéria abre com uma foto de Eduarda Sanches, uma das fontes da notícia. Ainda que ela não tenha sido propriamente apresentada no texto, o *comunicador* espera que o *receptor* (ENTMAN, 1993, *apud* GONÇALVES, 2005) já possa fazer uma conexão entre a mulher na imagem e a segunda parte do título, que faz referência a uma mulher trans. Na legenda, há uma breve apresentação de Eduarda: *Executiva Eduarda Sanches relata que buscou trabalho durante cinco anos*. Diferente do que vimos na análise da notícia sobre Viviany Beleboni, Eduarda Sanches é apresentada pela profissão: executiva.

Já no primeiro parágrafo, é possível perceber uma distinção entre a construção dessa narrativa e as das anteriormente analisadas. A sigla utilizada para representar a comunidade é “LGBTQI+” e, em sua primeira aparição, a jornalista resolveu trazê-la aberta com a abreviação em parênteses – no decorrer do texto, por uma questão prática, a sigla é usada como recurso principal. Normalmente, as

peças leem o texto e pulam informações dentro dos parênteses, por acharem irrelevantes ou repetidas. Na maioria dos textos, ao utilizar o acrônimo fechado, o leitor vai passar pelas letras, entender o contexto – uma vez que “LGBT” já é algo consolidado no imaginário –, passar despercebido pelas letras que vão além do T e vão continuar invisibilizando as diferentes identidades representadas pela sigla. Nesse caso, ao escolher trazer, no primeiro parágrafo, o significado de cada letra, há a escolha de mostrar as identidades representadas de forma que fique mais difícil para o leitor ignorar seus significados.

Ainda que o gancho principal dessa matéria sejam os resultados do levantamento, há também um cuidado em trazer fontes que garantam a veracidade das informações retratadas. Dessa forma, as fontes humanizam os dados e os números do projeto Demitindo Preconceitos.

A primeira fonte trazida pela matéria é Eduarda, apresentada já na primeira imagem. Eduarda é uma mulher trans que relata as dificuldades que enfrentou após o início de sua transição e adoção de um nome social – um direito da comunidade desde 2016⁵, no Brasil. Eduarda explica que ficou desempregada durante cinco anos após obter os documentos com o nome social. Mais tarde, ela foi contratada e, por sua competência, recebeu uma promoção após seis meses nessa nova oportunidade. Ela ainda conta, ao decorrer do texto, que, mesmo que esse não fosse explicitamente o motivo das rejeições, sentia o olhar preconceituoso das pessoas durante as entrevistas de emprego.

Ananda Puchta é a voz técnica da matéria. Ela é advogada da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PR. Ananda aparece no texto para complementar os dados do levantamento e para confirmar, a partir da legislação, os relatos trazidos pelas fontes. A advogada mostra os desafios e os avanços da comunidade LGBTQIA+ nos ambientes de trabalho.

Gabriel Colombo é a última fonte humana a ser apresentada. Na época da notícia, ele estava em uma *startup* como diretor de aquisição. Sua aparição no texto começa com o relato de quando foi rejeitado em um processo seletivo após já ter sido aprovado. Ao receber a carta de aceitação, ele preencheu os dados do esposo

⁵ De acordo com o Decreto número 8.727, de 28 e abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 3 de maio de 2022

no local, referido pela empresa, para a esposa. Ainda que, como no caso de Eduarda, não tenha sido esse o motivo declarado, a empresa mudou sua posição em relação a Gabriel depois que soube dessa informação. O diretor ainda conta que, após ser aprovado na *startup*, começou uma política interna para aumentar a diversidade no ambiente de trabalho – e isso trouxe resultados positivos, conforme relata.

Essas três fontes, ainda que apresentadas em diferentes momentos do texto, aparecem e reaparecem ao longo de toda a matéria. Suas falas não são bloqueadas, mas muito bem costuradas ao longo da notícia. As fontes se complementam e se mesclam além de trazerem credibilidade para os dados do levantamento. Há, ainda, no final do texto, a informação de que a jornalista responsável contactou o Governo Federal – por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – para saber se existem dados com um recorte maior do que o realizado pelo projeto Demitindo Preconceitos. Pelas respostas obtidas, percebe-se a falta de dados oficiais sobre a população LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Apenas dois anos depois da publicação dessa matéria, por exemplo, que o Ministério Público Federal passa a questionar a não existência de perguntas sobre a população LGBTQIA+ no Censo 2022⁶. As notícias positivas em relação ao Governo vêm do estado do Paraná. A matéria finaliza com as iniciativas públicas e privadas presentes no estado. Por sinal, esse texto, originalmente, foi publicado no G1 Paraná. Logo, entende-se que, ao finalizar a matéria com essas informações positivas, a jornalista leva o leitor a uma jornada de desafios e de dificuldades até enquadrar ao público a “solução” – os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf).

Os tópicos abordados pela matéria são divididos pelos intertítulos: “*Contratação e preconceito*”; “*Cultura de diversidade*”; “*Garantia de direitos*”; “*Dados oficiais e os trabalhadores LGBTQIA+*”; e “*Estratégias de empregabilidade*”. Como já foi explicado, as fontes aparecem em cada uma dessas partes, dialogando com os temas tratados. Ao falar de garantia de direitos, por exemplo, a jornalista convida Ananda para falar sobre como é possível penalizar legalmente quando ocorre algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho. Além de trazer dados técnicos sobre o que fazer nessas situações, a advogada ainda explica que, mais do que criminalizar, é

⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mpf-apura-exclusao-de-perguntas-sobre-comunidade-lgbtqia-do-censo-2022/>. Acesso em: 03 de maio de 2022

necessário que as empresas se posicionem abertamente contra a LGBTfobia para que o respeito prevaleça.

Por último, é possível perceber que o portal mostrou interesse pelos dados da pesquisa e por aprofundá-los. Ele não apenas noticiou esse acontecimento, mas o usou como gancho para trazer fontes humanas e procurou o governo nas esferas estadual e federal para obter algum tipo de retorno por meio de projetos ou políticas públicas. Ao receber uma resposta negativa, percebe-se a importância de enquadrar esse acontecimento no G1. Não há pesquisas governamentais que abranjam a comunidade LGBTQIA+. Logo, também não há políticas públicas eficazes, uma vez que os problemas acabam não sendo visíveis.

A reportagem é longa, mas é perceptível que todas as informações nela encontradas são relevantes. Há um cuidado em trazer os dados e em dar voz às fontes humanas, que auxiliam na tangibilidade das porcentagens e números. Todas as fontes são muito bem contextualizadas, e é evidente a importância de trazê-las para falar sobre o assunto da matéria: não são apenas parte da comunidade LGBTQIA+, são vítimas do preconceito e concretizam o levantamento. A matéria não foca apenas na falta de oportunidades no mercado de trabalho ou nas fontes, mas também responsabiliza as empresas – que devem se posicionar para alcançar a equidade. O enquadramento, neste caso, é temático. Ainda que foque nas pessoas que sofrem a ação (pessoas LGBTQIA+ que sofrem preconceito no mercado de trabalho), é necessária uma maior contextualização dos tópicos. Logo, o enquadramento está centrado no tema da matéria (LGBTQIA+ no mercado de trabalho), e as fontes – humanas ou pesquisas – aparecem para reforçar esse acontecimento.

4.6 Muito bom, nota 6

As cinco matérias analisadas expressam uma operação preliminar de enquadramento da pesquisadora sobre as publicações do G1. As escolhas poderiam ter sido diferentes. As notícias analisadas poderiam ser outras e os acontecimentos selecionados também. A própria divisão e a nomenclatura desses acontecimentos poderiam ter sido diferentes. Talvez o resultado desse trabalho de conclusão não fosse o mesmo que o que será apresentado nas próximas linhas – uma vez que os

enquadramentos (e os jornalistas) seriam outros. Mas, provavelmente, não seria tão diferente.

O portal se esforça, desde cedo, para trazer ao público as pautas LGBTQIA+, mesmo que faça isso, algumas vezes, de forma não tão aprofundada. Também é possível perceber um avanço nos enquadramentos das notícias com o decorrer dos anos. Ainda que pudesse ser uma mudança muito maior ou mais ativa, percebe-se a distinção nas escolhas tomadas na primeira matéria analisada – *Transexual ‘crucificada’ usará representação da Bíblia na Parada Gay*, de 2016 – e na última – *38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz pesquisa; ‘preconceito velado’, relata mulher trans*, de julho de 2020.

Na primeira análise, por exemplo, o jornalista usava os termos “LGBT” e “Parada Gay”. Hoje, é evidente que há opções melhores para representar esses acontecimentos, mas, seis anos atrás, as coisas eram diferentes. Além disso, por mais que tenham dado um grande espaço para Viviany no portal, ela é encaixada em apenas uma definição e não consegue ser desatrelada disso. É apenas a *transexual crucificada*. A matéria faz questão de reforçar esse acontecimento e essa identidade à Viviany. Em nenhum outro momento, ela consegue fugir dessa imagem que a foi imposta. Como um contraponto, a notícia sobre a população LGBTQIA+ no mercado de trabalho mostra uma evolução positiva para o G1. Há o uso de uma sigla que representa mais identidades, e é possível perceber, na forma em que a matéria se aprofunda no tema, que houve uma escolha ativa e cuidadosa nas fontes. Entende-se o motivo de elas estarem naquele local. A partir da Teoria do Enquadramento, compreende-se que a escolha das fontes é uma parte importante no direcionamento e na forma como o receptor receberá as informações.

[...] indica-se que as fontes utilizadas são uma forma de abordagem da realidade concreta, normalmente oficial, e reforçadora de determinada ideologia. Do ponto de vista simbólico, sem negar essa ideia, pode-se explicar que, além das fontes de informação, as fontes são símbolos de credibilidade⁷. (SÁDABA, 2007, p. 230)

Ou seja, a escolha cuidadosa das fontes da quinta análise mostra um avanço do G1, voluntário ou involuntário, para retratar as dificuldades enfrentadas pela

⁷ No original: “Desde la teoría del encuadre se indica que las fuentes que se utilizan son un modo de aproximarse a la realidad concreta, normalmente oficial, y reforzador de una ideología determinada. Desde la perspectiva simbólica, sin negar esta idea, se puede explicar que además de suministros de información, las fuentes son símbolos de credibilidad.”

comunidade LGBTQIA+. Essas escolhas, quando bem pensadas, demonstram credibilidade ao assunto e podem ajudar a sociedade a compreender e a apoiar a luta desse grupo social.

Contudo, as três matérias que estão no meio desse avanço – entre junho de 2019 e fevereiro de 2020 – acabam apresentando algumas falhas. A começar pela segunda analisada, *‘Pracinha dos Gays’: Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT*, de junho de 2019. Nessa, como já pontuado, há apenas uma fonte: o prefeito da cidade. Ainda que defenda os direitos da população LGBTQIA+, a matéria parece ter medo de usar a sigla “LGBTQIA+” ou, até mesmo, a palavra “gay”, além de mostrar, em diversos momentos, que foge do confronto à LGBTfobia. A própria fonte não fala sobre os preconceitos enfrentados ao revitalizar e ao pintar uma praça com as cores do arco-íris. Sem esse aprofundamento – do prefeito ao explicitar a existência de violência à comunidade e do jornalista na escolha das palavras – pode parecer que apenas a existência de uma praça colorida seja suficiente para acabar com os preconceitos à comunidade LGBTQIA+.

Na sequência, outra matéria de 2019 tem seu conteúdo questionado pelo próprio portal. *‘They’ é a palavra do ano, segundo dicionário Merriam-Webster* tenta falar sobre linguagem inclusiva, mas acaba abrindo espaço para o questionamento. A linguagem neutra é um tema que, normalmente, causa controvérsia e que deve ser tratado com tanta sensibilidade quanto as identidades LGBTQIA+. A notícia acaba não se aprofundando no que significa a escolha do dicionário e sutilmente questiona a decisão ao compará-la com a palavra do ano de outro dicionário importante. É como se entendessem que aquilo é algo relevante a ponto de ser noticiado, mas mostram, nas entrelinhas, que existem assuntos “mais importantes” do que o pronome neutro. Nesse ponto, falha por ter conseguido pautar um tema pouco conhecido e significativo para a comunidade LGBTQIA+, mas não utiliza o espaço para informar sobre o assunto da melhor forma possível.

Se a matéria que fecha nosso grupo de análises mostra uma melhora do portal ao longo do tempo para tratar sobre a comunidade LGBTQIA+, outra notícia, também de 2020, é insuficiente. *Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs* falha de uma maneira similar a matéria do dicionário Merriam-Webster: não se aprofunda numa temática importante não só para a comunidade LGBTQIA+, mas para toda a sociedade. A população carcerária

já é vulnerável e vítima de ataques constantes. A população carcerária LGBTQIA+ é ainda muito mais invisibilizada.

A notícia tem a chance de divulgar um levantamento com dados relevantes e, com isso, de ajudar a criar um diálogo entre os receptores da notícia sobre o apagão de dados ou sobre a falta de direitos que essa população enfrenta. Além disso, o texto, de dois anos atrás, escolhe utilizar duas siglas distintas, mostrando a não existência de um padrão de escrita e a exclusão de identidades LGBTQIA+ em determinados momentos.

A partir da explicação de Sádaba (2007) sobre um conceito cunhado por Richard Pride, em 1995, é possível entender a existência de *critical event*: episódios que chamam a atenção por fugirem da rotina e da normalidade. Normalmente, é necessário que um acontecimento seja visto como *critical event* para que se torne notícia. É o que acontece em cada uma das notícias analisadas. Há um acontecimento, que se transforma no gancho da matéria, e essa notícia pode ou não ter mais assuntos para serem detalhados pelo repórter. Ainda segundo Sádaba (2007), ao cobrir essas temáticas, “os jornalistas competem com outras forças sociais, dando sentido e criando esquemas interpretativos que ajudam a alcançar definições coletivas de assuntos públicos⁸” (p.99). Portanto, o jornalista tem a função e a responsabilidade de auxiliar no entendimento da população sobre os assuntos com que trabalha. Dessa forma, de acordo com o recorte analisado, o portal se esforça ao tentar dar sentido às pautas da comunidade LGBTQIA+, mas falha, algumas vezes, ao não aprofundar as definições coletivas que está ajudando a alcançar.

⁸ No original: “Los periodistas compiten con otras fuerzas sociales al otorgar un significado y crear esquemas interpretativos que ayudan a llegar a definiciones colectivas sobre los asuntos públicos”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sádaba (2007), ao citar Tuchman, entende que a ideologia é crucial para a ideação de uma pauta e, conseqüentemente, para a construção de uma notícia. O tema precisa ser próximo da realidade do repórter para que a narrativa faça sentido e, principalmente, para que o resultado seja completo. Compreender outros mundos e ser empático com o diferente talvez seja a questão principal a ser pensada pelo repórter ao construir uma pauta. Talvez seja o ponto importante na análise das notícias do G1.

O portal, ao retratar corpos e identidades LGBTQIA+, faz o básico. Durante o primeiro movimento de buscas, para realizar o levantamento e a proposta de acontecimentos, foi possível perceber que as pautas principais encontradas tratavam de violência e de preconceitos sofridos pela comunidade, questões políticas e legislativas e, eventualmente, falavam sobre representatividade – por meio de entrevistas com artistas ou pela promoção de determinados eventos. Ainda assim, organizavam essas notícias sem aprofundá-las. Pelo que pareceu, durante o período analisado, o G1 fala sobre muitos assuntos, mas não costuma se aprofundar nos assuntos abordados, o que parece ser um padrão do portal não apenas ao tratar de assuntos LGBTQIA+, segundo uma piada feita na rede social Twitter.

Figura 5 - *Tweet* sobre G1



Ambição da Loirinha
@Matheusozado

"por que NINGUÉM está falando disso???"

amiga por gentileza abra o site do g1

9:46 AM · 11 de mai de 2022 · Twitter Web App

Fonte: Reprodução/Twitter

Ao não se aprofundar nas matérias sobre a população LGBTQIA+, o portal também não problematiza, o que acaba reforçando uma relação entre “nós” e “eles”, ou, sem meias palavras, o “normal” e o “diferente”. O enquadramento, então, auxilia no fortalecimento de preconceitos e reproduz, mesmo que de forma involuntária, um

pensamento que diferencia, diminui e invisibiliza os corpos LGBTQIA+. O Jornalismo, ao menos no recorte analisado, enxerga essas identidades como o “outro”, que não se encaixa e nem pertence aos padrões impostos nas redações e na sociedade. O “sexo”, conforme Butler (2005), mantém sua força regulatória também nas produções jornalísticas. O enquadramento, por sua vez, auxilia na produção, na demarcação, na circulação e na diferenciação dos corpos. Ele produz os corpos ao trazê-los à mídia. Demarca ao nomeá-los. Circula ao utilizar a influência do portal. Diferencia ao enquadrar os assuntos LGBTQIA+ e ao não se aprofundar neles.

Essa relação entre “nós” e os “outros” fica evidente a cada matéria analisada. Viviany Belebony, na notícia de 2016, é a transexual crucificada – diferente do “nós” da redação que tem uma identidade formada. *They* foi a palavra do ano em 2019. Mas *they* é uma palavra que representa os “outros”, por isso, na matéria sobre essa escolha, há um grande espaço direcionado ao “nosso” problema, um problema de pessoas sérias e, por que não, “normais” – a mudança climática. A pracinha, na Bahia, é “dos Gays”, os “outros”. Parece ser tão deles, e não “nossa”, da redação, que é necessário enfatizar, no texto, que a praça é para todos os moradores, “nós” e os “outros”. Como consequência do enquadramento, cria-se uma sensação de pertencimento, que ocorre de ambos os lados. Os “outros” ao se organizarem enquanto comunidade e ao dividirem os mesmos corpos marcados, e o “nós” ao ocupar sua posição de poder e ao enquadrar e nomear os indivíduos que se diferem do padrão heteronormativo. Todos esses corpos são marcados pela performatividade butleriana. Ao enquadrar narrativas LGBTQIA+, reforçando as diferenças entre corpos, o Jornalismo (re) constrói opiniões que diferenciam comportamentos e que apontam quais corpos importam e pesam para a sociedade.

Quando o G1 pauta personagens LGBTQIA+, ele o faz em momentos específicos que reforçam o discurso popular ou o incendeiam ainda mais. O portal parece escolher pautar as vivências LGBTQIA+ do jeito mais simples que pode. Trata de assuntos já populares e esperados, como o Mês do Orgulho LGBTQIA+, ou quando a propagação da pauta vai de encontro com assuntos já em foco no discurso público, como falas polêmicas de figuras públicas ou que afrontam a ideologia conservadora presente no país. Quando percebe que o assunto tratado não é forte o suficiente para mobilizar a sociedade, o G1 acaba por construir matérias sem profundidade de fontes ou de assuntos. É possível perceber essa movimentação ao

observar as notícias que nem sequer fizeram parte do levantamento inicial, já que tratavam apenas de divulgar agendas de eventos, ou ao investigar os acontecimentos presentes na planilha utilizada para esse trabalho.

São raros os acontecimentos que conseguiram sair de uma bolha de violência e de fragilidade. Os cinco escolhidos para a análise, por exemplo, reforçam isso. Com exceção de “Representatividade e Direitos” e “Eventos”, as demais categorias mostram a forma como o portal enquadra identidades LGBTQIA+: por meio de temáticas focadas na LGBTfobia, na Vulnerabilidade e na Propaganda Gay. Ainda que vista de forma positiva, os acontecimentos “Eventos” e “Representatividade e Direitos” também mostraram, durante as matérias analisadas, problemas de enquadramento e de fontes. Em “Propaganda Gay”, o acontecimento até tenta ser positivo, mas não alcança esse objetivo justamente pela falta de profundidade do portal. Os acontecimentos que não foram selecionados para a etapa de análise, por não alcançarem uma quantidade considerável de notícias levantadas, se parecem muito com pautas construídas para falar do “nós”, das identidades “normais”. Talvez seja por isso que os números encontrados sejam tão baixos – pois mostra a fina linha que divide “nós” dos “outros”. Para uma área construída a partir de ideais heteronormativos, talvez isso não seja interessante.

Para esses ideais, o importante é que os corpos e identidades pautados sigam como estão. Não há problema em pautá-los, desde que não os aproximem do “nós”. Isso se reflete, como já evidenciado antes, na escolha e nos espaços dados as fontes. Das cinco matérias analisadas, apenas três pessoas são identificadas como LGBTQIA+: Viviany Belebony, em uma notícia na qual ela é, inclusive, a fonte com mais destaque; Eduarda Sanches e Gabriel Colombo, ambos no texto sobre as dificuldades de entrar no mercado de trabalho. As demais fontes apresentadas não revelaram a sexualidade ou não era um tópico relevante para a fala que tinham. Ou seja, ainda que falem sobre temáticas LGBTQIA+, a comunidade não é efetivamente ouvida. A matéria sobre o mercado de trabalho é a exceção, pois dá voz a fontes LGBTQIA+ e as aprofunda. Entretanto, na notícia de Viviany, ainda que ela ganhe bastante espaço nesse sentido, a narrativa gira em torno de apenas um momento da vida da personagem. Desse modo, o portal falha ao trazer fontes diversas – e da comunidade LGBTQIA+ – e que tenham repertório para falar sobre os assuntos pautados.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o Jornalismo e as identidades LGBTQIA+ se encontrem e se entendam como parte de uma só sociedade. O diálogo sobre o tema avançou muito desde 2014, quando nos perguntávamos se só existiam, de fato, bichas na cidade, mas é preciso um trabalho alerta e contínuo para que não regridamos. Os cursos de Jornalismo precisam mostrar aos estudantes, desde cedo, como lidar com realidades distintas de forma empática, para que, quando esse profissional chegar no mercado de trabalho, não siga reforçando a relação entre “nós” e os “outros”, entre o que é visto como “normal” e como “subversivo”.

É necessário desnaturalizar essa relação, e isso não é algo que pode ser feito do dia para a noite. Leva tempo e depende de profissionais sensíveis e dedicados para mostrar a melhor forma de narrar essas histórias. Apenas noticiar os acontecimentos LGBTQIA+, como o portal analisado faz, é um avanço, mas não é o suficiente. Enquanto o G1 comparava a palavra do ano do dicionário Merriam-Webster, uma pessoa LGBTQIA+ era assassinada ou cometia suicídio a cada 26 horas no Brasil, segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia¹. O Brasil ainda é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo. O Jornalismo tem o poder de narrar realidades diversas e de auxiliar para a criação de um discurso público mais humanizado e empático. Um discurso público que não diferencie o “nós” de os “outros”. Espero que essa pesquisa possa auxiliar na forma como as pessoas entendem a força dos enquadramentos para corpos diferentes e que entendam, principalmente, o peso que as palavras ou escolhas do jornalista podem ter na repercussão de um acontecimento.

Não basta ao Jornalismo ser “anti” – antirracista, antifascista, antiLGBTfóbico etc. –, é necessário transformar movimentos em ações concretas. Trazer para dentro das redações e das universidades pessoas conscientes e que construam, por meio da linguagem, um futuro em que pessoas LGBTQIA+ não precisem temer ou esconder suas identidades. Um futuro em que perguntar se só existe bicha na cidade não seja sinônimo de violência.

¹ Disponível para *download* em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 21 de maio de 2022

REFERÊNCIAS

- 'THEY' é a palavra do ano, segundo o dicionário Merriam-Webster. **G1**, São Paulo, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/10/they-e-a-palavra-do-ano-segundo-dicionario-merriam-webster.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2022
- ACAYABA, Cíntia. Transexual 'crucificada' usará representação da Bíblia na Parada Gay. **G1**, São Paulo, 29 mai. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/transexual-crucificada-usara-biblia-em-fantasia-na-parada-gay-em-sp.html>. Acesso em: 24 abr. 2022
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009
- BARBIÉRI, Luiz Felipe; PALMA, Gabriel. Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs. **G1**, Brasília, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/14/so-3percent-das-cadeias-brasileiras-tem-alas-exclusivas-para-lgbts-diz-infopen.ghtml>. Acesso em:
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. n-1 edições, 2019
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"**. 1ª ed. 11 reimp. Buenos Aires - Paidós, 2005
- DARDE, Vicente William da Silva; MORIGI, Valdir José. **Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo**. SBPJor, 2012
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise**. Revista Educação e Realidade: Cultura, Mídia e Educação, v. 22, n. 2, jul/dez, 1997. P. 59-79
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left**. Univ. of California Press, 2003
- GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis. Los marcos de la experiencia**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006
- GOMES, Guilherme dos Santos. **CORPOS MARCADOS: A comunidade LGBTQIA+ durante a epidemia de HIV/AIDS em Pose**. São Leopoldo, 2021
- GONÇALVES, Gean Oliveira. **Narrativas Queer no Jornalismo: o desafio da complexidade e das compreensões sobre gêneros e sexualidades**. INTERCOM, 2015
- GONÇALVES, Telmo. **"A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo"**. Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6, Lisboa, 2005.
- HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia: uma abordagem semiótica**. Canoas: Ulbra, 1996

LOURO, G. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n.2 (56) – maio/agosto 2008.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca da Universidade. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 22 maio de 2022.

OLIVEIRA, Alan. 'Pracinha dos Gays': Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT. **G1**, Bahia, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/28/pracinha-dos-gays-cidade-na-bahia-chama-atencao-com-praca-inspirada-na-tematica-lgbt.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2022

PARIS, Letícia. 38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz pesquisa; 'preconceito velado', relata mulher trans. **G1**, Paraná, 01 jul 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/01/38percent-das-empresas-tem-restricoes-para-contratar-lgbtqi-diz-pesquisa-preconceito-velado-relata-mulher-trans.ghtml>. Acesso em: 01 mai 2022

PINHO, A. A. S. M.; FERNANDES DA SILVA, A.; GASPARETTO NETO, Z. L. **WEBJORNALISMO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: Uma análise das notícias sobre a população LGBT no G1 Tocantins**. Revista Observatório, v. 6, n. 6, p. 1-27, out-dez. 2020

SÁDABA, Teresa. **Framing: el encuadre de las noticias. El binomio terrorismo-medios**. 1ª ed. Buenos Aires - La Crujia, 2007

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1978.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Série Jornalismo a Rigor. V. 8. Florianópolis: Insular, 2014

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983